

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**RENATA EPAMINONDAS DE LIMA**

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS**

João Pessoa  
2021

**RENATA EPAMINONDAS DE LIMA**

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Biológicas, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Dra. Thaís Oliveira de Souza

João Pessoa  
2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732e Lima, Renata Epaminondas de.

A educação sexual na formação docente em ciências biológicas / Renata Epaminondas de Lima. - João Pessoa, 2021.

72 f. : il.

Orientação: Thais Oliveira de Souza.

Monografia (Graduação/Licenciatura em Ciências Biológicas) - UFPB/CCEN.

1. Sexualidade. 2. Educação sexual. 3. Sexo - Gênero. 4. Docência - Formação inicial. I. Souza, Thais Oliveira de. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 57.017.4(043.2)

RENATA EPAMINONDAS DE LIMA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel (Licenciado) em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 13 de maio de 2021.

Resultado: Aprovada

**BANCA EXAMINADORA:**

*Thaís Oliveira de Souza*

---

Profa. Dra. Thaís Oliveira de Souza, DFE/CE/UFPB

*Aurora Camboim Lopes de Andrade Lula*

---

Profa. Dra. Aurora Camboim Lopes de Andrade Lula, DFE/CE/UFPB



Documento assinado digitalmente  
Maria Teresa Barros Falcão Coelho  
Data: 24/05/2021 12:10:47-0300  
CPF: 830.549.014-91

---

Profa. Dra. Maria Teresa Barros Falcão Coelho, DFE/CE/UFPB

---

Prof. Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo, DFE/CE/UFPB

*Dedico*

*A meu protetor, que me amou e segurou a minha  
mão nos momentos difíceis por toda essa caminhada, me  
dando forças diante da exaustão, nunca me deixando  
desistir. Gratidão meu Pai do céu.*

## AGRADECIMENTOS

Como em todas as minhas conquistas, sou grata primeiramente a Deus, que sempre preparou o melhor para mim.

Agradeço imensamente a minhas tias Zélia e Eunice, a minha querida e amada avó/mainha Terezinha e ao meu pai Antônio pelos esforços para que eu pudesse vencer mais essa etapa.

A minha eterna mãe e meu avô/segundo pai, que com toda certeza estão lá de cima comemorando esse momento.

Agradeço a meu amado namorado Ramonilson Cidellys, por todo amor dedicado a mim, por estar comigo em todos os momentos, por toda motivação, e por me lembrar sempre de que sou capaz.

A minha prima/irmã Edilândia por toda dedicação e cuidado em mim durante as crises de ansiedade.

Aos meus primos, irmãs, amigos e colegas que me direcionaram palavras motivadoras do início ao fim dessa caminhada.

Agradeço de coração a minha orientadora Thais Oliveira de Souza por todo o tempo e disponibilidade dedicados a este trabalho e pela sua condução de forma tranquila, me ajudando a desempenha-lo da melhor forma.

Meus amigos da biologia, Mateus, Marcely, Kalina Lourena, Raimunda, Iara, meu muito obrigada por todo companheirismo e motivação durante o curso.

Por fim, agradeço a minha banca examinadora por aceitar o convite.

## RESUMO

Comumente é atribuída ao professor de ciência e biologia a responsabilidade de trabalhar a educação sexual na escola. No entanto, em se tratar de conteúdo transversal pelos PCNs, a Orientação Sexual é responsabilidade de todos os profissionais da educação, sendo importante que esteja incluída na formação inicial docente. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo verificar conteúdos relativos à Educação Sexual nos trabalhos de conclusão de curso em Ciências Biológicas da UFPB, buscando identificar se há no repositório da UFPB TACCs (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso) da graduação em Ciências Biológicas que tratem do tema sexualidade e gênero; refletir sobre a presença ou ausência do tema sexualidade e gênero nos TACCs; discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial do (a) docente de biologia; e evidenciar a abordagem de Educação Sexual adotada nos TACCs. Trata-se de um estudo teórico de natureza exploratória, com utilização de uma abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa documental. A pesquisa se deu a partir de uma fundamentação teórica que serviu de alicerce para analisar as ausências e as presenças do tema sexualidade nos trabalhos de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas e na grade curricular do mesmo. A coleta do material se deu pela sua busca no Repositório da Biblioteca Setorial do CCEN e na aba 'Monografias' do site da coordenação do Curso de Ciências Biológicas, em TACCs apresentados entre os anos 2009 e 2020. Foram encontrados seis trabalhos que abordam a temática. Os mesmos foram organizados em uma tabela e analisados. A fim de complementar este estudo, foi feita uma pesquisa da grade curricular na aba 'Legislação' da página eletrônica da coordenação do curso, onde foi coletada a ementa das disciplinas contidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de licenciatura, que também passou por análise a luz da fundamentação teórica estudada. Os resultados revelaram lacunas ligadas à abordagem da Educação Sexual no curso de Biologia. A ausência da disciplina de Educação Sexual como conteúdo curricular obrigatório no curso evidencia o despreparo docente para o trabalho de educação sexual, pois, sendo ofertada como conteúdo optativo não garante que todos os alunos terão acesso a esse conhecimento, já que nem todos têm interesse no conteúdo. Essa ausência também influencia negativamente na procura e interesse dos discentes em trabalhar o tema gênero e sexualidade em suas pesquisas. Percebemos que o foco é na fase de adolescência, abordando gravidez indesejada e ISTs como problemas sociais. Evidenciamos também as abordagens médica e pedagógica da educação sexual em quase todos os trabalhos, sugerindo que, mesmo com críticas às abordagens reducionistas da educação sexual, ainda há superficialidade nas pesquisas realizadas. Diante disso, enfatizamos a necessidade de investimentos na formação inicial docente com a implementação da disciplina de Educação Sexual no currículo de forma obrigatória, e concluímos que essa pesquisa pode ser relevante para futuros estudos que busquem questionar a formação de educadores sexual, especialmente quando tratar de formação de professores de biologia.

Palavras-chave: Formação Inicial. Educação Sexual. Sexualidade. Gênero.

## ABSTRACT

Commonly, the science and biology teacher is responsible for working on sex education at school. However, in the case of cross-cutting content by PCNs, Sexual Orientation is the responsibility of all education professionals, and it is important that it is included in the initial teacher training. In this sense, the work aims to verify contents related to Sexual Education in the conclusion papers of the Biological Sciences course at UFPB, seeking to identify whether there are in the UFPB repository TACCs (Academic Work at the end of the Course) of the undergraduate course in Biological Sciences that deal with the topic of sexuality and gender; reflect on the presence or absence of the topic of sexuality and gender in the TACCs; discuss the importance of including sexuality and gender in the initial training of biology teachers; and highlight the Sexual Education approach adopted in the TACCs. This is a theoretical study of an exploratory nature, using a qualitative approach, carrying out documentary research. The research was based on a theoretical foundation that served as a foundation to analyze the absences and the presence of the sexuality theme in the Conclusion of Course in Biological Sciences and its curriculum. The material was collected through its search in the Repository of the Sectorial Library of CCEN and in the 'Monographs' tab of the website for the coordination of the Biological Sciences Course, in TACCs presented between the years 2009 and 2020. Six papers were found that address the theme. They were organized in a table and analyzed. In order to complement this study, a research of the curricular grid was made in the 'Legislation' tab of the electronic page of the course coordination, where the menu of the subjects contained in the Course Pedagogical Project (PPC) was collected, which also went through analysis in the light of the theoretical foundation studied. The results revealed gaps linked to the Sexual Education approach in the Biology course. The absence of the Sexual Education subject as mandatory curricular content in the course shows the teacher unpreparedness for the sexual education work, since, being offered as an optional content, it does not guarantee that all students will have access to this knowledge, since not all are interested in the contents. This absence also negatively influences the demand and interest of students in working on the theme of gender and sexuality in their research. We realized that the focus is on adolescence, addressing unwanted pregnancies and STIs as social problems. We also highlight the medical and pedagogical approaches to sex education in almost all works, suggesting that, even with criticisms of the reductionist approaches to sex education, there is still superficiality in the researches carried out. Therefore, we emphasize the need for investments in initial teacher training with the mandatory implementation of the Sexual Education discipline in the curriculum, and we conclude that this research may be relevant for future studies that seek to question the formation of sexual educators, especially when dealing training of biology teachers.

Keywords: Initial training. Sexual Education. Sexuality. Gender.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	12
2.1 A Educação Sexual: currículo e prática.....	12
2.1.1 Educação Sexual no Brasil.....	14
2.2 Sexualidade e gênero: presenças e ausências.....	16
2.3 Educação Sexual e formação inicial nas licenciaturas.....	21
2.3.1 O trabalho de Educação Sexual na escola.....	21
2.4 Formação de educadores sexuais.....	31
2.4.1 Educação Sexual na formação inicial docente em Ciências Biológicas.....	35
2.4.2 Abordagens da Educação Sexual.....	38
2.4.3 Importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero no currículo da Licenciatura em Ciências Biológicas.....	42
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	43
3.1 Objetivo Geral.....	43
3.2 Objetivos Específicos.....	44
<b>4. MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	44
4.1 Descrição da área de estudo.....	44
4.2 Tipo de pesquisa.....	45
4.3 Procedimentos metodológicos.....	47
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	47
5.1 A Abordagem da sexualidade humana no curso de Ciências Biológicas da UFPB.....	48
5.2 Trabalhos acadêmicos de conclusão de curso com ênfase na Educação Sexual.....	49
5.3 Visão geral dos TACCs.....	64
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, observamos na literatura acadêmica, o docente de ciência e biologia como sendo o responsável por incluir o tema sexualidade na escola. Porém, verificamos um tratamento essencialmente biológico dos temas referentes à sexualidade, focado em Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez precoce, sistema reprodutor feminino e masculino. Entendemos que esse tipo de abordagem não contempla a dimensão do que é a Educação Sexual.

Santos *et al* (2011) considera que essa abordagem escolar, com enfoque descritivo e prescritivo sobre a sexualidade é insuficiente e inadequada por não contemplar as necessidades e demandas de dúvidas, curiosidades e questionamentos que surgem na busca do entendimento da sexualidade pelos adolescentes. A Educação Sexual atrelada à disciplina de Biologia, assim como em outras disciplinas, deve focar no ensino crítico, buscando superar a abordagem meramente biológica e reducionista em que a sexualidade é tratada habitualmente.

É necessária, na escola, uma Educação Sexual voltada ao conhecimento e entendimento da sexualidade como uma dimensão humana, que envolve diversos aspectos, como psicológico, afetivo, social, e não apenas voltada a uma concepção biológica e higienista, tratando de questões anatômicas, fisiológicas e de prevenção como vemos de costume, e que esse trabalho ocorra não somente nas aulas de biologia, mas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) apontam, em todas as áreas de ensino, de forma transversal, contribuindo para o debate completo sobre a temática e contemplando as necessidades dos educandos.

O ambiente escolar para Educação Sexual é um espaço de troca, onde os conhecimentos de alunos (as) e professores (as) podem e devem ser expressados por meio de diálogos, os quais permitem o acesso a novas informações, o confronto de ideias e a desconstrução de preconceitos.

O silêncio ou a abordagem biológica e reducionista sobre sexualidade deve ser superado. A melhor forma de trabalhar a orientação sexual nesse ambiente é por meio de atividades que sejam capazes de envolver os (as) alunos (as) e promovam consciência e respeito para a vivência da sexualidade, como as discussões e debates, análises de músicas e filmes. Expressar suas ideias e ouvir a opinião dos colegas é um exercício importante na aquisição de valores como o respeito à diversidade (BONFIM, 2012).

De acordo com os estudos realizados por Santos *et al* (2011) com professores, o diálogo é tido como recurso para a discussão de temas relacionados à sexualidade. O mesmo autor concorda com essa ideia de incluir o diálogo no processo educativo, enfatizando sua importância na Educação Sexual com a ruptura de construções culturais no âmbito escolar e a viabilização aos educandos do conhecimento de si. Esse recurso possibilita a exposição de dúvidas, curiosidades e preocupações que surgem na fase de adolescência. Ao se tratar de diálogo, Freire (1990, p. 78 - 79) aponta sua importância no processo educativo:

Trata-se de uma atitude dialogal à qual os coordenadores devem converter-se para que façam realmente educação e não domesticação. Precisamente porque, sendo o diálogo uma relação eu-tu, é necessariamente uma relação de dois sujeitos. Toda vez que se converte o tu desta relação em mero objeto, ter-se-á pervertido e já não se estará educando, mas deformando.

No entanto, há limitações encontradas na implantação desse trabalho na escola, como a resistência em dialogar sobre as várias questões da sexualidade e a dificuldade em lidar com as dúvidas e curiosidades dos alunos, etc., devido a diversos fatores, incluindo o despreparo dos docentes. De acordo com Santos *et al* (2011), os autores López (1990) e Silva (1998) apontam a formação acadêmica inicial com conhecimentos restritos na área, como origem da causa desse despreparo. Além disso, a carência de uma formação continuada, e o apego a valores e crenças adquiridos ao longo da vida, torna-se um desafio constante para esses profissionais.

Ao cursar a disciplina de Educação Sexual, embora apresente caráter optativo com uma pequena carga horária, reconheço<sup>1</sup> a importância da abordagem de seu conteúdo em minha formação, pois contribuiu para reflexões acerca de preconceitos obtidos durante a minha vida pessoal e escolar, possibilitando desconstruções e um novo modo de pensar sobre a sexualidade. Além disso, os debates na disciplina oportunizaram a compreensão da relevância do estudo da sexualidade humana no ambiente escolar, o que considero o ponto de partida para que, como futura profissional de educação, eu consiga desenvolver bem o trabalho de educação sexual quando for necessário. As experiências no ambiente escolar e nos poucos contatos com temas referentes a gênero e sexualidade durante a graduação, revelaram-me insatisfação por sua escassa abordagem no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo esses de total relevância para formação pessoal e profissional, despertando interesse pelo estudo proposto.

---

<sup>1</sup> Peço licença para dissertar na primeira pessoa do singular e trazer a minha motivação acadêmica/pessoal na escolha e desenvolvimento do tema.

Considerando que a Educação Sexual é responsabilidade de todos os profissionais da educação, sendo importante que esteja incluída na formação inicial docente, questionamos se os Trabalhos de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas contemplam essa temática e de que forma a abordam.

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar conteúdos relativos à Educação Sexual nos trabalhos de conclusão de curso em Ciências Biológicas da UFPB. Para tal, temos os seguintes objetivos específicos: Identificar se há no repositório da UFPB TACCs (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso) da graduação em Ciências Biológicas que tratem do tema sexualidade e gênero; refletir sobre a presença ou ausência do tema sexualidade e gênero nos TACCs; Discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial docente em biologia; E evidenciar a abordagem de Educação Sexual adotada nos TACCs.

Para contemplar o objetivo traçado será exibido um breve histórico sobre a Educação Sexual, suas diversas abordagens, tópicos voltados à formação inicial docente e os resultados da pesquisa junto a suas análises e discussão.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A Educação Sexual: currículo e prática

Conforme aponta Junqueira (2009), a escola brasileira é estruturada por valores, normas e crenças que inferiorizam aqueles e aquelas que não cabem na heteronormatividade, considerando-os como “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “criminoso” e “contagioso”.

Mesmo com a existência de diversidade em vivência de gêneros e sexualidade, as escolas direcionam suas ações à padronização da heterossexualidade. Dessa forma, Louro (2013) enfatiza:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO, 2013, p. 45 - 46).

De acordo com Louro (2013), a identidade heterossexual é assumida em nossas escolas a partir de sua abordagem em diversos materiais. Essa privilegiada posição de centralidade sugere entendê-la como algo absoluto e que não pode passar por mudanças, levando a aceitá-la como natural e deixando de lado o aspecto de algo construído. O que for produto de construção de culturas é considerado como diferente, saindo da posição central ou são deixadas de fora do currículo. A denúncia às ausências de abordagem de conteúdos referentes às diferentes produções culturais, aos sujeitos e suas expressões nos currículos escolares resulta no mero reconhecimento dessa ausência e determinação de uma data para ser comemorada.

Antas e Arantes (2019, n.p) ressaltam que “É a partir de uma perspectiva heteronormativa, branca, androcêntrica que o currículo e a prática pedagógica são constituídos”, e lembrando o direito da educação e a escola como espaço público, chamam atenção para o desafio de transformação desses modelos pela escola, tornando-a um espaço dialógico e de convivência para todos e todas, promovendo a vivência e compreensão das diferenças por meio do entendimento de relações de poder a que são constituídas.

Nesse sentido, Silva (2005) enfatiza que

Do ponto de vista mais crítico, as diferenças estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas através de relações de poder. As diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção. Um currículo inspirado nessa concepção não se limitaria, pois, a ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa aparecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através das relações de assimetria e desigualdade. Num currículo multiculturalista crítico, a diferença, mais do que tolerada ou respeitada, é colocada permanentemente em questão (SILVA, 2005, p. 88).

Em concordância com Silva (2005), Louro (2013, p. 48), reforça essa mudança de percepção das diferenças:

A questão deixa de ser, neste caso, a "identificação" das diferenças de gênero ou de sexualidade, percebidas como marcas que preexistem nos corpos dos sujeitos e que servem para classificá-los, e passa a ser uma questão de outra ordem: a indagação de como (e porque) determinadas características (físicas, psicológicas, sociais etc.) são tomadas como definidoras de diferenças. O movimento permite compreender, talvez de forma mais nítida, que toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura; que determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e fundamentais numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra sociedade; e, ainda, que a nomeação da diferença é, ao mesmo tempo e sempre, a demarcação de uma fronteira (LOURO, 2013, p. 48).

Louro (2013, p. 53) conclui que é indispensável

[...] prestar atenção às estratégias públicas e privadas que são postas em ação, cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade "normal" e de todas as formas culturais a ela associadas; prestar atenção às estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades "diferentes" e aquelas que buscam superar o medo e a atração que nos provocam as identidades "excêntricas". Precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições.

Dessa forma, a partir das falas dos autores citados, se fortalece a ideia de que é preciso pensar em mudanças que promovam a desconstrução desses padrões tidos como “normais” que são adotados na prática escolar, a partir de um currículo que favoreça o questionamento de como e porque as diferenças estão sendo produzidas, incluindo e valorizando a diversidade de identidades e suas manifestações, colocando-as todas na mesma posição.

### 2.1.1 Educação Sexual no Brasil

O estudo da sexualidade requer integração de conhecimentos da sociologia, biologia, medicina, psicologia, filosofia, educação, teologia, etc., o que possibilita a discussão de diversos conteúdos associados a essa temática. No entanto, percebemos que, desde a institucionalização dos saberes sexuais, nas discussões dessa dimensão humana há predominância de uma abordagem biológica reprodutiva que sofre influência dos dogmas religiosos.

Apesar das representações de sexo serem tratadas em obras artísticas desde a antiguidade, não havia um campo específico para discussão e estudos da sexualidade. No entanto, a idade média é marcada pela preocupação da Igreja Católica com a proibição ou permissão das práticas sexuais, de acordo com suas crenças e normas, e a medicina voltava-se para assuntos relacionados à gravidez (RIBEIRO, 2009).

A institucionalização dos saberes sexuais se deu inicialmente pela intervenção da Medicina no século XIX quando criou a Sexologia e realizou estudos de doenças decorrentes de práticas sexuais consideradas inapropriadas (RIBEIRO, 2009). De acordo com Ribeiro (2009, p. 131)

Era uma Medicina que lidava com a definição, a identificação, a classificação e o tratamento dos aspectos patológicos da sexualidade [...] A institucionalização do conhecimento sexual ocorreu quando os médicos elaboraram, desenvolveram e se apropriaram de teorias e ideias que foram consideradas “científicas” e capazes de dar a sustentação que necessitavam para o seu discurso sexual normatizador, e quando as várias vertentes das Ciências Humanas passaram a considerar o estudo das atitudes e comportamentos sexuais como área merecedora de reflexões e proposição de teorias (RIBEIRO, 2009, p. 131).

De acordo com Ribeiro (2009), o Brasil teve os saberes sexuais institucionalizados no século XX, sendo a medicina dessa época baseada no ideal higiênico e eugênico, visando à regeneração da boa moral da sociedade Brasileira. Os estudos acerca da sexualidade passam a ter base no ideal do higienismo, onde mentes saudáveis resultam de uma saúde sexual. Assim, a saúde mental e física dos indivíduos resultaria na formação dos melhores cidadãos (BOARINI, 2003).

Nesse sentido, o século XX é marcado pela sustentação das propostas médicas normatizadoras da família, o reconhecimento da necessidade da educação sexual para crianças

e jovens, e as diversas obras escritas por médicos, em sua maioria, mas também por padres e educadores, sendo abordada as doenças sexuais, assim como males físicos e mentais de práticas sexuais que não fossem ‘normais’, associando essas práticas a patologias. Mesmo quando não se tratava dessa visão, ainda permaneciam aspectos normatizadores ao considerar que há condutas que contribuem para a saúde do indivíduo (RIBEIRO, 2009).

Com a finalidade de eliminar os males de um povo, a Educação Sexual, baseada no higienismo, tinha como objetivo proporcionar aos indivíduos o desenvolvimento da saúde mental e física, por meio de esclarecimentos das funções da sexualidade e aspectos reprodutivos (RIBEIRO, 2009). Atualmente, nessa mesma ótica, a sexualidade rodeada de muitas crenças e tabus, volta-se para aspectos reprodutivos.

Loyola (1998, p.4) explica como o catolicismo e a medicina se ocuparam da sexualidade:

[...] as disciplinas ou as formas de pensamento que tradicionalmente se ocuparam mais de perto da (sexualidade) foram aquelas de caráter ético ou normativo/terapêutico: o catolicismo, a medicina e a psicanálise. Não foi, por exemplo, com objetivos terapêuticos, mas principalmente normativos, que a medicina veio a se ocupar da sexualidade, transformando em postulados científicos, principalmente através da obra de Kraft-Ebing, uma série de interditos e normas sexuais herdadas do Cristianismo, segundo o qual o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na medicina que a sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltada para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tido como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial. (LOYOLA, 1998, p.4)

E quanto ao tratamento da sexualidade e sua interação com o social visto em outras ciências, Loyola (1998, p.46) afirma que

[...] os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental de todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido e permitido, de modo com que, pelo viés da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social.

No Brasil, José de Albuquerque foi o primeiro a propor e escrever sobre a educação sexual na escola, partindo do princípio de que o sexo era uma função natural assim com qualquer outra do organismo. O referido autor defende que para viver sexualmente saudável é

necessário se distanciar de inadequações relacionadas à sexualidade, como preconceitos e crenças (RIBEIRO, 2009).

Conforme menciona Ribeiro (2009), as diversas obras de Educação sexual produzidas nas décadas de 1930 e 1940 possibilitaram a base para apoio dos educadores que, na década de 1960, fizeram seus investimentos em ações ao levar a educação sexual para a escola. No entanto, no ano de 1968, ainda por conta do golpe de estado de 1964, é notada a repressão de liberdades individuais e a consequente perda do suporte à implementação da educação sexual no Brasil (RIBEIRO, 2009).

Um grande marco para a educação sexual no Brasil foi quando, em 1978, a Secretaria de Educação da cidade de São Paulo iniciou um programa de orientação sexual que durou até 1982 (LEÃO; RIBEIRO, 2007 *apud* RIBEIRO, 2009, p.137), levando ao desenvolvimento de projetos na escola, para tratar de conteúdos sobre sexualidade, sendo estes desenvolvidos na disciplina de ciências e programas de saúde. As ações implementadas nesse período foram analisadas por Ribeiro (2004, p.23), o qual aponta que as mudanças de governo observadas foram uma característica que contribuiu na descontinuidade do desenvolvimento desses projetos que viabilizavam o debate sobre sexualidade (RIBEIRO, 2009).

Não só projetos e movimentos, mas também documentos legais contribuíram no reconhecimento da Educação Sexual como necessária nas escolas brasileiras, dando suporte a este trabalho.

O aparecimento de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, pode ser considerado um avanço, uma vez que reconhece a importância da implementação da educação sexual na escola e assegura a discussão de temas ligados a sexualidade na sala de aula com a finalidade de romper preconceitos e favorecer a igualdade de direitos entre os indivíduos, e contribuir para vivência responsável da sexualidade.

## 2.2 Sexualidade e gênero: presenças e ausências

Houve muitas lutas e iniciativas para que as discussões sobre sexualidade e gênero fossem implantadas nas escolas brasileiras. O conservadorismo característico das religiões tornou-se um grande obstáculo para esse trabalho, uma vez que exerciam e exercem uma ação repressora acerca das questões relacionadas a essa temática, normatizando as relações

heterossexuais e a família tradicional, onde o corpo deve ser usado unicamente para procriação, e considerando pecado qualquer outra prática que fuja desse padrão. Além das religiões, vários movimentos conservadores como o Escola sem partido, Ideologia de Gênero, campanha de abstinência sexual e as determinações do Congresso Nacional, estão sempre impedindo o avanço da educação sexual no país.

Nessa perspectiva, percebemos avanços nos documentos de educação ao tratarem do apreço ao respeito e tolerância às diferenças, e como nos PCNs, um tratamento específico para o desenvolvimento de ações ligadas a questões da sexualidade. Porém, lamentavelmente, há um retrocesso marcante, onde a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2018) e o Plano Nacional de Educação - PNE (2014) sofrem claramente influência desse conservadorismo ao não mencionarem os termos de gênero e sexualidade de forma direta em seus objetivos, deixando-os implícitos, podendo ser esquecidos ou interpretados com cuidado e atenção por aqueles que apresentam interesse.

Além disso, diante do que é exposto no Manual de defesa contra a censura nas escolas (2018), a própria LDB corre risco de retroceder, uma vez que

Os movimentos ultraconservadores, compostos também por grupos fundamentalistas religiosos, consideram que professores e livros didáticos – ao discutirem em suas aulas as profundas desigualdades presentes na realidade brasileira e a atuação da população pela garantia dos direitos – estão realizando “doutrinação ideológica”. Por isso, defendem ser necessário modificar a Lei n. 9.493/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB) para extirpar do currículo escolar temas que consideram ser de responsabilidade exclusiva da família: política e desigualdade social, mas também questões de gênero, sexualidade, raça, violência doméstica e direitos humanos.

Com isso, a educação se retém ao domínio do autoritarismo, se distanciando das transformações a ela confiada, pois fica evidente que

[...] a verdadeira intenção desses grupos ultraconservadores é impedir que diferentes interpretações e compreensões do mundo sejam debatidas nas instituições de ensino, estimulando uma educação para a obediência e para a naturalização das desigualdades sociais, do racismo, do sexismo, da LGBTfobia e de outras discriminações e interditando as divergências que caracterizam sociedades e regimes democráticos e uma escola democrática. (MANUAL, 2018)

Lima (2012) cita que a primeira LDB de nº 4.024/61 já assegurava como finalidade da educação a compreensão dos direitos e deveres cidadãos, o respeito a dignidade e a liberdade humana, e o desenvolvimento integral da personalidade humana (BRASIL, 1961). Em sua versão posterior, LDB de Nº 5.692/71 surge o objetivo de preparar o aluno para exercer a

cidadania de forma consciente, qualificando-o para o mundo do trabalho. Além disso, visava à inclusão de programas de saúde nos currículos escolares (BRASIL, 1971). No ano de 1994 é publicado pelo MEC Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, direcionando o caminho para a promoção e a prevenção à saúde, principalmente, a sexual e a reprodutiva (LIMA, 2012).

A LDB (9.394/96) atual afirma o direito da educação, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, apresentando como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania, zelando pelo princípio de “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996). Esse princípio foi e continua sendo de total importância para que dentro das escolas seja levado em consideração a diversidade de opiniões e de identidades sociais, garantindo o direito de todos a educação.

O surgimento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em 1997, sobre elaboração do MEC, foi um importante avanço para a educação sexual no Brasil. Conforme esse documento, o trabalho de Orientação Sexual<sup>2</sup> é implementado na escola tratando a sexualidade como tema transversal em seu currículo, ou seja, que permeia por todas as disciplinas e áreas do conhecimento, e tem como papel romper a sexualidade de preconceitos e tabus, ao considerá-la como algo ligado ao prazer e à vida, sendo implementado através do diálogo e reflexão, dando possibilidade ao aluno de reconstruir suas concepções, partindo sempre do respeito a si e ao próximo, e contribuindo na construção de seu próprio código de valores.

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam *desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade*. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do *respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos*, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1998, p. 311, grifo nosso).

Conforme aborda Junior (2018), o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que vigorou de 2001 a 2010, deixa de mencionar os termos sexualidade, diversidade e orientação sexual, citando timidamente o termo gênero em alguns tópicos.

---

<sup>2</sup> Denominação adotada pelo documento, sendo sinônimo de Educação Sexual.

Em 2006 foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O mesmo tinha como uma de suas finalidades

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas. (BRASIL, 2007, p. 33).

O MEC publica o Decreto 6.286/2007 instituindo o Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como finalidade “de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (BRASIL, 2007, p.1). O mesmo propõe a inclusão de temáticas de educação em saúde no PPP da escola promovendo saúde sexual e reprodutiva e cultura de prevenção no ambiente escolar, sugerindo a integração dos Ministérios da Educação e da Saúde (LIMA, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social”, o que sugere entender que essa condição só é atingida quando se é possível viver de forma plena a sexualidade. A partir disso, compreende-se que o trabalho de orientação sexual contribui para que os indivíduos vivam de forma plena a sua cidadania, já que contempla o conhecimento dos direitos de educação e saúde em sua ampla dimensão. É válido destacar que essa associação entre saúde e orientação sexual, a qual contempla promoção de saúde sexual e reprodutiva, não deve, em hipótese alguma, colocar em risco o tratamento da sexualidade em seus outros aspectos.

De acordo com os PCNs Orientação Sexual, o estudo da sexualidade

[...] vinculasse ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1998, p. 311).

A proposta feita pelo MEC em 2010 de um Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, aponta diretrizes e metas a serem alcançadas e estratégias a serem seguidas. Sua meta 3 é “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da década, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária”. Tendo como uma das estratégias para atingir esta meta: “[...] implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010, p.6, *apud*, LIMA, 2012, p. 10).

O Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005/2014) para o decênio de 2014-2024, mantém a meta 3, porém suprime, sob influência do conservadorismo presente no Congresso Nacional, incluindo a bancada religiosa, a estratégia 3.9 que visa a criação de ações de prevenção a evasão escolar decorrente de preconceitos. Considera-se essa extinção como um retrocesso, por ser esse documento relevante na implementação de políticas de educação que conscientizam e instigam o respeito e tolerância à diversidade sexual e eliminação das desigualdades de gênero, e também para o trabalho do professor (ANTAS; ARANTES, 2019).

No ano de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo de caráter obrigatório na elaboração dos currículos da educação básica. Às questões de gênero e sexualidade, podemos associar as seguintes competências apresentadas pela BNCC: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”; “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2018, p. 11).

Como mencionado anteriormente, a BNCC traz indicativos de forma indireta voltados à sexualidade, como competências e habilidades a serem desenvolvidas em diversas áreas. No entanto os termos “gênero” e “orientação sexual” são ausentes no documento, sendo o respeito a diversidade tratados de forma geral. O que visivelmente acontece também com o PNE. Júnior (2018) chama atenção para a uma nota do MEC justificando que o documento “preserva e garante como pressupostos o respeito, a abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos”. No entanto, essa fala cai em contradição com a versão final do mesmo, visto que, a retirada desses termos permite invisibilidade a discussão e reflexão da realidade das nossas escolas no que diz respeito a preconceitos e discriminações contra a diversidade de identidades dos indivíduos, inviabilizando a inclusão de todos.

Todos esses apontamentos trazem uma série de eventos repressores e de censuras como impedimento das discussões e abordagem dos professores sobre temas como gênero e diversidade na escola, seja em sala de aula ou em eventos, e do uso de materiais didáticos,

como livros, músicas, imagens, vídeos, por trazerem conteúdos “inapropriados” para discutir nesse ambiente, revelando um retrocesso no processo de educação.

## 2.3 Educação Sexual e formação inicial nas licenciaturas

### 2.3.1 O trabalho de Educação Sexual na escola

Comumente ‘sexo’ e ‘sexualidade’ são termos tratados como sinônimos, inclusive por docentes. Porém, são conceitos, que embora estejam interligados, se distinguem. Bonfim (2012) apresenta definições elaboradas por diversos autores para definição desses termos: Sexo é definido por Guimarães (1995) como as diferenças entre macho e fêmea dadas a partir das características genéticas. Nunes e Silva (2000, p. 74) definem como a “caracterização genetal e natural”. Também atribuímos a esse termo o significado de prática ou relação sexual. Já a sexualidade é definida por Costa (1994, p. 1) como o “conjunto de fenômenos da vida sexual”. Werebe (1998, p. 5) concorda com essa ideia afirmando que a sexualidade humana “[...] comporta dimensões biológica, psicossociais e culturais [...]”.

Assim, a sexualidade não se resume a aspectos reprodutivos, mas é entendida como uma dimensão complexa que envolve costumes, comportamentos, atitudes, relações, cultura, amor, sexo, prazer, afetividade, emoções. Em concordância com os autores citados, Lima (2012, p. 6) complementa: “A sexualidade envolve, também, as dimensões psicossociais, as emoções, os sentimentos, a forma de falar, de agir, de andar, de vestir, a sedução, a conquista e o prazer”.

Dando força a visões de autores citados anteriormente, Figueiró (2006) enfatiza que a sexualidade perpassa a dimensão biológica, ou seja, deve ser abordada em todas as suas dimensões, não se restringindo a biológica, nem a ideia de genitalidade.

Reconhecendo a sexualidade como construção humana. Figueiró explana:

[...] uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 42).

Os seres humanos são seres que já nascem sexuados. Porém, essa sexualidade é reconstruída constantemente em decorrência de vivências e conflitos, dos quais participam, de forma explícita ou implícita, a família, o ambiente escolar, a igreja, a mídia, entre outros segmentos sociais (LIMA, 2012). Figueiró (2017) fortalece essa ideia afirmando que a sexualidade é controlada por valores culturais e normas morais e religiosas de caráter opressor, que dizem o que é certo ou errado.

De acordo com Bonfim (2012), a sociedade capitalista vê o corpo como mera força de trabalho, e com a mercantilização do sexo o mesmo passa a ser visto como produto de consumo, fonte de produção de capital. Desse modo, o sexo é reduzido a função reprodutora, com visões limitadas e reducionistas do corpo, desumanizando as relações sociais e afetivos-sexuais. Bonfim (2012, p. 26) aponta a "necessidade de superação da visão simplista, preconceituosa, moralista, equivocada, condicionada pela ideologia dominante, caracterizada pelo senso comum", dada por uma abordagem médica e biológica que reduz a sexualidade a visão procriativa e de prevenção de doenças.

De acordo com Louro (2000), a sexualidade envolve processos plurais e culturais, aceitar a ideia de que sexualidade é algo "natural", inerente ao ser humano, dificulta o seu entendimento como dimensão social e política, pois supõe que todos os indivíduos vivem seus corpos da mesma forma. Nunes (2003, p. 18) complementa:

Muitas vezes o argumento do "natural" é a forma mais cabal do preconceito ou do conservadorismo. Pois se poderá afirmar que são "naturais" o poder, o domínio, a brutalidade no homem, como a "meiguice e ternura" são dotes "naturais" da mulher. É preciso rejeitar este simplismo.

O sentido dos corpos, assim como as possíveis formas de expressar a sexualidade são estabelecidas socialmente, sendo a classificação do masculino e feminino realizada pelas marcas de uma cultura. As identidades de gênero e sexuais são compostas, definidas e moldadas pelas relações estabelecidas em uma sociedade, onde as esferas dominantes exercem poder sobre as outras, influenciando em suas vivências (LOURO, 2000). "A sociedade é um complexo de tabus, proibições e obrigações que geram um homem sofrido e frustrado" (NUNES, 2003, p. 118).

Na escola, desde cedo, os nossos corpos são disciplinados. O fardamento, a forma de como se sentar, os comportamentos, a imposição ao respeito, as brincadeiras e práticas esportivas separadas para meninos e meninas, posicionamento para cantar o hino nacional,

entre outros, são ações que demonstram essa postura disciplinadora. Esta muitas vezes impede o surgimento de qualquer manifestação da sexualidade, inclusive expressões de curiosidades e dúvidas, uma vez que, em tudo, há necessidade de aprovação ou desaprovação, e na maioria das vezes ocorre desaprovação por serem consideradas inapropriadas no espaço escolar.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política. (LOURO, 2000, n.p.).

De acordo com Louro (2000), o educar ou disciplinamento do corpo para formar homens e mulheres “civilizados” é conhecido como pedagogia da sexualidade, sendo suas práticas produtoras de “marcas” pois, constituem os sujeitos masculinos e femininos.

[...] as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (LOURO, 2000, n.p)

Para LOURO (2000), as várias instâncias, família, escola, mídia, igreja, justiça realizam uma pedagogia da sexualidade e colaboram para produção dessas marcas. Seus investimentos voltam-se para identidades e práticas hegemônicas e “normais” (práticas e identidade heterossexuais), de forma a desaprovar outras identidades e práticas por considerá-las anormais. Louro (2000, n.p) nota que “[...] na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras”. A produção dos sujeitos trata-se de um processo plural e permanente, onde a construção de suas identidades exige que se envolvam e participem ativamente, não se deixando manipular pelas proposições dessas instâncias. (JUNQUEIRA, 2009, p. 200).

A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia”; “Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àqueles

que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem. (LOURO, 2000, n.p)

Furlani (2005, p. 235) acrescenta ainda que “[...] a escola tem se apresentado como um instrumento de grande importância na normalização e disciplinamento da heterossexualidade e dos rígidos padrões definidores dos gêneros masculino e feminino em nossa cultura”.

Figueiró (2017) destaca que a educação sexual ocorre primeiramente na família, tendo apoio complementar da escola em seguida. Ambas as instituições devem somarem seus esforços nesse trabalho. Assim, o primeiro contato com crenças, conceitos e valores, sejam eles positivos ou negativos, acerca da temática sexualidade e gênero ocorre no ambiente familiar por meio das interações diárias, posteriormente a escola assume o papel de atuar conjuntamente com os pais. O ambiente escolar, destinado para a formação completa dos educandos, é propício para construção de valores como o respeito e a solidariedade quando valoriza o diálogo entre os alunos e destes com os professores.

Nesse aspecto, Bonfim (2012, p. 63) já considerava que “a escola é subsidiária da família”, ou seja, o trabalho se dá primeiramente na família, que logo tem apoio dos profissionais de educação nesse processo de educar sexualmente as crianças e adolescentes. Não pode ser atribuída essa função unicamente a escola. No entanto, é de total relevância que a família e a escola rompam essa neutralidade diante das questões da sexualidade. As proibições e omissões que vem caracterizando essas instituições nesse âmbito contribuem para gerar e perpetuar preconceitos e tabus sexuais.

Dessa forma, entendendo a escola como um espaço de interações e construção de valores (respeito, solidariedade, etc.), as propostas curriculares, a abordagem das disciplinas, as metodologias utilizadas na realização de atividades, os materiais didáticos (livros, vídeos, etc.) assim como os valores carregados pelos profissionais envolvidos no processo de educação, bem como seu despreparo decorrente de uma má formação docente, podem contribuir para produção de discriminação, desigualdades de gênero, violência e outras questões, ao proibirem menção e debate sobre gênero e sexualidade, inviabilizando o respeito e favorecendo a exclusão de membros LGBTQI+ da comunidade escolar e geral.

Na escola, o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instancias que refletem e produzem desigualdades de gênero, de sexo, de raça, etc., e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo (FURLANI, 2013, p. 70)

Em suas metas, o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres reitera:

A escola acaba reproduzindo a desigualdade vivida entre as pessoas na sociedade, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação. A linguagem sexista dos textos e práticas cotidianas, a invisibilidade das mulheres na ciência e na história responde à ideologia patriarcal e ao androcentrismo do conhecimento; estes são denunciados como um dos elementos da construção da desigualdade de gênero [...] (BRASIL, 2013, p.23).

Furlani (2013) menciona a seguinte afirmação de Louro (1999, p. 80): “É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria produz”. Concordando com Louro (1999), Junqueira (2009, p. 14) reforça: “[...] escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação”.

Nesse sentido, Louro (2000) reitera:

Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "efeitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais (LOURO, 2000, n.p).

Junqueira (2009) chama atenção de que

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação. (JUNQUEIRA, 2009, p. 13)

A partir dessas considerações, de uma análise da sociedade, e em concordância com Guacira Louro, reconhecemos que o espaço escolar efetiva a homofobia a partir da observação de ações discriminatórias, desprezo e pela ridicularização das práticas homoafetivas. Sendo assim, a escola acaba se tornando para o público LGBTQI+ um local que, em vez de incluir contemplando o direito a educação que é de todos, exclui pela negação das diversas expressões da sexualidade, impossibilitando a expressão de seus desejos. “O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância” (LOURO, 2000, n.p)

Complementando o exposto por Louro (2000), Junqueira afirma

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

Conforme evidencia Guimarães (1989, p.116 *apud* Figueiró, 2006, p. 37), “A escola tem um potencial enorme como educadora sexual secundária. (...) Deveríamos fazer dessa instituição educativa um veículo de expansão de uma mentalidade nova sobre sexualidade”.

Considerando o processo de educação como contribuidor na formação de indivíduos autônomos, críticos e modificadores de suas realidades, é importante trazer debates e diálogos sobre gênero, sexualidades e questões derivadas para a sala de aula, para que ocorra a extinção de preconceitos e desigualdades (ANTAS; ARANTES, 2019). De acordo com Paulo Freire:

[...] a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do “status quo” porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa política-pedagógica” (FREIRE, 1996, p. 112).

Preconceitos, discriminação sexual, desigualdade e violência de gênero, abuso sexual, estupro, posturas homofóbicas entre outras questões, só vão se extinguir da escola e da sociedade quando houver espaço para discuti-las, de modo a conscientizar os indivíduos e garantir o respeito à diversidade.

A participação da sociedade civil organizada e dos educadores ligados à questão na busca do reconhecimento dos diferentes é mais uma etapa deste enfrentamento, onde pleiteia-se um arranjo na educação, voltada à educação para a diversidade com a eliminação do preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões requerem a adoção de políticas públicas educacionais capazes de debates sobre gênero, sexualidade, identidade de gênero e educação sexual garantindo a diversidade e o respeito às diferenças. (JUNIOR, 2018, p. 5)

A escola, designada a implementação desse trabalho, precisa não apenas promover mudanças em suas perspectivas de construção curricular, mas que seus profissionais estejam preparados para transformações de ações, com a inserção de discussões sobre questões relacionadas à sexualidade em suas práticas, intervindo sempre que houver necessidade, garantindo que os objetivos propostos sejam contemplados. O preparo docente, a partir de uma formação inicial completa, pode contribuir para que a desigualdade, posturas preconceituosas e o desrespeito em questões ligadas a sexualidade e gênero sejam eliminados.

Partindo dessas considerações, dar-se a importância de trabalhar a sexualidade no contexto escolar. Lima (2012) enfatiza a ideia defendida por Freire (2011) acerca de uma educação emancipatória, distante de discriminações, através de discussões sobre a sexualidade na rotina escolar, destacando a necessidade de adoção de um currículo multicultural, que a diversidade social e cultural como constituintes da cultura escolar e da produção do saber científico no ensino e na aprendizagem, desfazendo fragmentações e reducionismos presentes na prática escolar.

Junqueira (2009) sugere que, além dos momentos diários da construção de conhecimentos, espaços de sociabilidade como comemorações de datas e reuniões são oportunidades de fornecer o recebimento das diversidades e também para questionamento de regras que determinam aqueles que merecem ou não direito, respeito e reconhecimento. Conversar com os alunos sobre como suas famílias são organizadas tem grande importância para que eles desconstruam a ideia abrigada pela sociedade do que é normal ou anormal.

Para classificar a educação sexual, Figueiró (2006) adota a classificação realizada por Werebe (1981), no qual se estabelece dois tipos: formal e informal. A educação sexual informal é um processo não intencional de ações cotidianas, como a passagem de valores pelos pais, que exercem influência sobre a vida sexual do indivíduo, ao longo de sua vida. Já a educação sexual formal consiste em ações planejadas, intencionais e institucionalizadas, podendo acontecer dentro ou fora da escola. Os PCNs concordam com essa divisão ao mencionarem que a família realiza um trabalho de educação sexual ao passar informações sobre sexualidade. Quanto ao trabalho realizado na escola, de forma sistematizada e com a intervenção dos profissionais de educação, o documento o denomina como Orientação Sexual.

A orientação sexual não se restringe ao ensino da sexualidade em seus aspectos biológicos e fisiológicos. Trata-se de um espaço que perpassa a exposição de informações e promove diálogos onde os alunos possam expressar suas ideias e sentimentos, ensinando-os a pensar criticamente e a refletirem acerca das questões da sexualidade, favorecendo o respeito

a opiniões diferentes, a diversidade sexual, a igualdade de gênero, e a desconstrução de ideias equivocadas, preconceitos e tabus (FIGUEIRÓ, 2017).

Educação Sexual refere-se à ação que possibilita a formação de valores e atitudes, por isso precisa ir além do fornecimento de informações, contando com o esclarecimento de preconceitos e tabus sexuais, a fim de promover reflexões, conscientização e mudança de comportamentos (BONFIM, 2012).

Figueiró (2006) completa essa ideia ressaltando que a educação sexual é integral e traz resultados quando envolve não só aspectos informativos, proporcionando conhecimento de informações básicas e corretas, mas também formativos que favoreçam discussões e reflexões sobre os diversos aspectos da sexualidade humana. É válido lembrar que as informações biológicas fazem parte e são fundamentais, porém não são suficientes para a resolução dos problemas atuais. "A escola precisa assumir para si o papel social de informar, orientar, e, especialmente, humanizar a vivência da sexualidade" (BONFIM, 2012, p. 70)

Figueiró (2006), Bonfim (2012), Nunes (1996, apud Bonfim 2012) e Goldberg (1988, apud Figueiró 2006) defendem a educação sexual emancipatória, com o objetivo de transformação social, a qual procura desenvolver no indivíduo sua autonomia no que diz respeito a valores e atitudes e a capacidade de apontar situações repressoras da sexualidade. A educação sexual emancipatória deve ocorrer na família e na escola. Nessa perspectiva, os indivíduos se envolvem para transformar padrões de relacionamentos sexuais e sociais. A repressão sexual imposta pela sociedade patriarcal e dogmática, controladora e com poder sobre as outras, nos impede de satisfazer nossos desejos, contradizendo a plena vivência da sexualidade (BONFIM, 2012). A vivência plena da sexualidade e a eliminação de todas as formas de preconceitos e suas consequências são ações que contemplam essa transformação. Figueiró (2006, p. 40) explana sobre a visão de Goldberg (1988) acerca da liberdade sexual:

As ações que levam a transformação compreendem as que estão voltadas para a construção da liberdade sexual, no sentido de viver a sexualidade livre de sentimentos de culpa e de opressão social. São também as ações que contribuem para banir o autoritarismo sexual, eliminando os preconceitos sexuais, as desigualdades e a violência sexual (GOLDBERG, 1988, *apud* FIGUEIRÓ, 2006, p. 40).

De acordo com Figueiró, para esse trabalho é necessário o “resgate de gênero” com a finalidade de promover a reavaliação dos papéis sociais de homens e mulheres, de acordo com o momento histórico, viabilizando suas mudanças, enfatizando a igualdade de direitos para todos e todas e o combate ao sexismo; e o “resgate do erótico” com intenção de proporcionar

o educando a ver a sexualidade como algo bonito, desfazendo a visão predominante de ser algo feio e sujo (FIGUEIRÓ, 1995, p. 103 *apud* FIGUEIRÓ, 2006, p. 40).

Os PCNs determinam que, além dos conteúdos a serem trabalhados nas áreas do conhecimento (Língua portuguesa, Língua estrangeira, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação física), sejam também incluídos no currículo os temas transversais: ética, educação ambiental, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Esses conteúdos de caráter social importantes devem ser trabalhados de forma transversal, ou seja, perpassando cada uma das áreas do conhecimento. Assim, todos os professores dessas áreas podem e devem realizar o trabalho de orientação sexual, o qual deve ser implementado no ensino fundamental de duas formas: dentro da programação já estabelecida ou como programação extra, conforme os PCNs:

O trabalho de Orientação Sexual também implica o tratamento de questões que nem sempre estarão articuladas com as áreas do currículo — seja porque são singulares e necessitam de tratamento específico, seja porque permeiam o dia-a-dia na escola das mais diferentes formas, emergindo e exigindo do professor flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhá-las. As manifestações da sexualidade, diferentes em cada etapa do desenvolvimento, são uma excelente oportunidade para os professores desenvolverem um trabalho não previamente programado. A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas. Suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente e os professores precisam estar preparados para lidar com elas. A atitude de acolhimento a essas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder é fundamental para o trabalho que aqui se propõe. O trabalho de Orientação Sexual se dará, portanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998, p. 308).

Além disso, os PCNs também apontam que, a partir da quinta série, onde os alunos já conseguem direcionar seus questionamentos sobre sexualidade aos professores, além da capacidade de reflexão sobre o tema, a Orientação Sexual pode ocorrer em um espaço específico, com determinação de hora-aula semanal para os alunos, no horário já existente ou em horário extra, conforme as condições de cada escola (BRASIL, 1998).

A Orientação Sexual é abordada no volume 10 do PCN, sugerindo sua divisão em três eixos para abordagem dos conteúdos: corpo humano: matriz da sexualidade abordando questões relacionadas ao organismo, ao corpo e a assuntos relacionados e integrados a este, tais como: sentimentos, sensações, dimensões psicológicas, biológicas e sociais; relações de gênero trazendo discussões sobre sexo e gênero, construção das identidades masculina e

feminina; e prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis<sup>3</sup>/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) abordando a importância de se sensibilizar os/as jovens sobre os diversos tipos de IST especificando a Aids e dos seus mecanismos de prevenção (BRASIL, 1998). Os PCNs mostram possibilidades de como trabalhar esses conteúdos e as diversas questões da sexualidade nas diferentes disciplinas, seja por estas já sugerirem a abordagem da temática ou devido às exigências decorrentes de situações diárias no ambiente escolar.

Quanto aos resultados esperados no trabalho de orientação sexual os PCN apontam

Experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam esse trabalho apontam para alguns resultados importantes: aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. Quanto às crianças menores, os professores relatam que informações corretas ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula. No caso dos adolescentes, as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia, para tornar-se assunto de reflexão (BRASIL, 1998, p. 300)

Nos PCNs a sexualidade é tida como uma expressão cultural, sendo considerada para o trabalho de orientação sexual todas as suas dimensões (biológica, a psíquica e a sociocultural), vinculando-a com o exercício da cidadania, respeito e garantia de direitos (BRASIL, 1998). Figueiró (2006) acredita que a inclusão da orientação sexual como tema transversal no currículo dar-se pelo fato de atender prioritariamente, entre outros critérios, o critério de urgência social, pois os problemas que surgem na sociedade decorrentes das vivência da sexualidade, como gravidez na adolescência, ISTs, abuso sexual, violência, preconceito e discriminação contra homossexuais e mulheres, entre outros, impulsionam a necessidade de sua discussão na escola em busca de direcionamentos para suas possíveis resoluções, sendo também importante lembrar que o conhecimento e entendimento de si mesmo, do corpo, da sexualidade e suas diversas questões, é um direito da criança e do adolescente, condição relevante para sua formação integral.

Furlani (2013) enfatiza que “as escolas que não proporcionarem a educação sexual a seus alunos e alunas estão educando-os parcialmente”, e chama atenção para o caráter de continuidade do trabalho de educação sexual, pois atividades pontuais e descontínuas, como palestras e outros eventos em datas comemorativas, comumente realizadas nas escolas, além de dificultar a reflexão dos educandos, impossibilitando mudança de comportamentos, não contemplam as demandas constantes de nossa sociedade como as informações excessivas da

---

<sup>3</sup> Nova nomenclatura adotada pelo Ministério da Saúde.

mídia, exclusões sociais e modelos hegemônicos produtores de desigualdades. A desconstrução de verdades absolutas que regem a sexualidade normal é a principal função da educação sexual.

#### 2.4 Formação de Educadores Sexuais

Os PCNs foram importantes para dar visibilidade ao trabalho de Orientação sexual nas escolas, já que em muitas destas o mesmo é marginalizado, sendo dependente da boa vontade dos gestores escolares e de alguns professores. Partindo da relevância do envolvimento dos profissionais de educação para que esse trabalho seja concretizado da melhor forma possível, é preciso voltar-se para a formação de educadores e educadoras (FIGUEIRÓ, 2006).

A efetivação deste trabalho não é possível se atribuída a professores despreparados, uma vez que tendem a ser influenciados pelos valores construídos e carregados ao longo de suas vidas, que implica na vergonha de falar e a repressão às menções dos alunos sobre esses assuntos, tendo a visão da sexualidade como algo sujo e feio, por isso sua completa formação docente é relevante para que essa proposta seja realizada. Guimarães (1995, p. 87 *apud* FIGUEIRÓ, 2006, p. 58) faz a seguinte observação:

A educação sexual apresenta um grande risco de tornar-se essencialmente repressiva se oficializada ao acaso, isto é, sem o devido *planejamento e preparo dos professores*. Há entre nós, latinos, forte herança de educação moralista, com influências repressivas de todas as religiões muito presentes e que podem dominar a educação sexual como uma doutrinação. (p.87. grifo nosso)

Junqueira (2009) concorda com Guimarães (1995) ao destacar que

As questões que envolvem a diversidade sexual são complexas e exigem estudo por parte dos professores. Devemos lutar para ter acesso a materiais pedagógicos adequados, a cursos de formação, a participação em eventos que discutam os temas da sexualidade. Não devemos abordar nenhum tema de forma improvisada na escola. Escola é lugar de aprendizagens, e isto se faz de forma planejada (JUNQUEIRA, 2009, p. 136).

Outra implicação do despreparo docente é o receio às reações dos pais e mães em tratarem desses temas na escola. A gestão escolar muitas vezes, para evitar maiores adversidades, apoiam os pais em atitudes de opressão, mesmo sabendo que entre os princípios da Constituição Federal de 1988 para que o ensino seja ministrado incluem-se: “II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de

ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (Art. 206.)”.

De acordo com o Manual de defesa contra a censura nas escolas (2018) esses princípios “são essenciais na defesa de professoras, professores, escolas e universidades contra a pretensão de censura de qualquer tipo”, sendo uma forma de assegurar a valorização do trabalho docente. Neste sentido

Tão importante quanto ouvir as inquietações de famílias e estudantes é afirmar o dever de escolas, profissionais de educação e secretarias de educação em promover um ambiente democrático que resguarde a liberdade acadêmica e o pluralismo de concepções em um contexto de valorização profissional docente. (MANUAL, 2018)

A formação docente deve oportunizar aos professores a reflexão e reconstrução de seus valores, crenças e atitudes ligadas à sexualidade, promovendo também o entendimento da importância de trabalhar a sexualidade na escola e conseqüentemente sua realização de forma responsável e consciente.

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam *entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema*, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a *reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual*. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos (BRASIL, 1998, p. 303, grifo nosso)

O PCN reconhece que “É importante que esse trabalho seja inserido no projeto pedagógico da escola, e que se criem condições de progressiva qualidade na abordagem dos conteúdos ligados à sexualidade” (BRASIL, 1998, p. 331). Essa qualidade relaciona-se com a formação docente ou profissional de educação que recebe o papel de orientador (a) sexual. Conforme apontado no tópico “Postura do Educador” desse documento

É importante o aprofundamento teórico sobre as questões contidas no trabalho de Orientação Sexual. Por tratar-se de temática multidisciplinar, comporta contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como Educação, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Psicanálise,

Economia e outras. Também é importante a construção permanente de uma metodologia participativa, que envolve o lidar com dinâmicas grupais, a aplicação de técnicas de sensibilização e facilitação dos debates, a utilização de materiais didáticos que problematizem em vez de “fechar” a questão, possibilitando a discussão dos valores (sociais e particulares) associados a cada temática da sexualidade. A montagem de um acervo de materiais na escola — como textos e livros paradidáticos, vídeos, jogos, exercícios e propostas de dramatização —, é importante para a concretização do trabalho (BRASIL, 1998, p. 331).

Em concordância com o PCN Junqueira (2009, p. 148) defende que “Um outro aspecto fundamental do trabalho com *orientação sexual na escola* é poder contar com material apropriado. O material didático deve possibilitar a problematização e o debate, portanto, deve ser aberto, instigador, lúdico”.

Para Figueiró (2006), a formação de educadores sexuais deve partir do conhecimento das visões, saberes e experiências que os professores carregam sobre a educação sexual. A autora relata pesquisas que procuram verificar as condições de professores para exercerem função de educadores sexuais, apontando que muitos têm informações distorcidas sobre sexualidade, o que revela um considerável despreparo, e que há um consentimento da necessidade de cursos de qualificação e preparo específico para o desempenho desse papel, principalmente quando este se dá em uma abordagem formativa. É relevante também mencionar que há uma carência de educação sexual emancipatória na vida de muitos professores, o que resulta em barreiras para o cumprimento de sua tarefa. Figueiró (2004, p. 148) aponta que “a sexualidade é uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar”.

A formação docente geralmente está centralizada na visão biológica da sexualidade, por isso Bonfim (2012) acredita que uma reeducação sexual para todos seja necessária para melhorar esse quadro.

Não se faz educação sexual de maneira dogmática ou doutrinária. Não se pode sustentar um projeto de educação sexual sobre o voluntariado espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, mas estas somente se completam com a consciência crítica que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e pelo trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento, ou seja, pela formação (BONFIM, 2012, p. 65)

Conforme é citado por Figueiró (2014), muitos autores como Melo (2001), Nunes e Silva (2000), Guimarães (1989) e Fagundes (1995) enfatizam a necessidade de uma formação específica para educadores sexuais. Sendo assim, os PCNs concordam destacando que:

Os professores (e as demais pessoas), mesmo sem perceber, transmitem valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, inclusive na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. Por exemplo, se um professor disser que uma relação sexual é apenas a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para ter filhos, estará afirmando valores específicos: sexo heterossexual após o casamento, com o objetivo da procriação. É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos (BRASIL, 1998, p. 302 -303)

Documentos e estudos de diversos autores reconhecem a importância e necessidade da formação de educadores sexuais. Esse apontamento é notável, no entanto, não se percebe maiores interesses nessa questão, chamando atenção a um olhar especial para a formação desses profissionais.

Contudo, a formação de professores para trabalhar adequadamente com a sexualidade no contexto escolar encontra numerosas lacunas. As políticas públicas são carentes de ações que efetivem a formação inicial e continuada de professores, e profissionais da educação em geral, de forma a trazer as discussões acerca da sexualidade.

[...] é imprescindível que haja políticas públicas que assegurem o trabalho docente no que se refere à perspectiva de gênero na escola, assim como no que tange a quaisquer outras temáticas que busquem contribuir para o desenvolvimento de sujeitos críticos e empoderados que possam participar ativamente da construção de uma sociedade mais equivalente (ANTAS; ARANTES, 2019)

Os (as) professores (as) devem falar de conteúdos sobre sexualidade sem demonstrar preconceitos e vergonha ou insegurança, por isso Bonfim (2012) sugere que a relação entre alunas (os) e professores (as) seja dotada de confiança e respeito, e que os diversos pontos de vista sejam considerados na abordagem do conteúdo em sala de aula, pois são sujeitos diferentes e que carregam valores e crenças diferentes.

A inserção de disciplinas, de caráter obrigatório, que abordem a sexualidade no currículo dos cursos de licenciaturas assegura a formação de professores preparados para o trabalho de educação sexual no ambiente escolar, sendo pertinente e indispensável, uma vez que favorece o debate, reflexão e desconstrução de visões, normas e preconceitos estabelecidos pela sociedade ao longo da vida.

#### 2.4.1 Educação Sexual na formação inicial docente em Ciências Biológicas

É fato que as licenciaturas devem favorecer conhecimentos acerca da construção da sexualidade a fim de preparar adequadamente os futuros docentes para lidar com as demandas que surgem no ambiente escolar, no entanto, ainda não temos um espaço para que essa temática seja abrangida significativamente na universidade.

Historicamente, dentro do contexto escolar, sabe-se que o professor de ciências e biologia muitas vezes é responsabilizado pelo trabalho de Educação Sexual, mas pelo que é visto na literatura em dados de pesquisas, o mesmo não é preparado dentro de sua formação acadêmica e, portanto, ficam impossibilitados de realizar tal trabalho de forma necessária e satisfatória.

Bonfim (2009) enfatiza a necessidade da inserção de disciplinas na grade curricular das licenciaturas que preparem os professores para o trabalho da sexualidade que ultrapasse o fornecimento do conteúdo biológico, e evidencia que

[...] as disciplinas pedagógicas atualmente oferecidas nos cursos de Licenciatura são insuficientes para formar educadores sexuais, no ideal que logamos defender. As disciplinas específicas são fundamentais para a formação de conhecimentos biológicos necessários à atuação profissional do biólogo/bacharel, mas não dão conta de atender, também, à formação docente, pois a atual matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Biológicas mostra claramente que as disciplinas oferecidas privilegiam a formação do Bacharel, deixando lacunas pedagógicas na formação do Licenciado em Ciências Biológicas (BONFIM, 2009, p. 168).

O que se pode perceber por meio da literatura e com base nas reais situações do cotidiano escolar é que o Licenciado em Ciências Biológicas, mesmo detendo o conhecimento biológico da sexualidade, não se sente preparado para abordar a temática na sala de aula ou intervir quando necessário. Há uma lacuna que evidentemente aponta para a falta de conhecimentos que os levem a compreender a sexualidade como construção humana, e não

apenas em seus aspectos de prazer e reprodução. É necessário voltar-se para a superação desse reducionismo que impede o avanço do trabalho de educação sexual.

A Educação Sexual exige que o educador seja dotado de

[...] competências científicas, pedagógicas, embasamento teórico, conhecimento histórico, maturidade afetiva e valores éticos e estéticos, e consideramos que a maior lacuna a ser enfrentada e superada para que possamos realizar projetos e trabalhos de Educação Sexual Escolar, seja a formação inicial, ou seja, a ausência de disciplinas obrigatórias na grade curricular que tratem da construção cultural da sexualidade, além da compreensão biológica, pois desta forma estaríamos garantindo um espaço de formação (BONFIM, 2009, p. 174)

E para efetivação do trabalho, é importante que o licenciado em Ciências Biológicas

[...] seja sensibilizado e formado a compreender as demais áreas e ciências, sociais e históricas, como componente estrutural de seu agir e saber científico, de sua potencialidade educacional e pedagógica. Essa transformação requer passos e compassos cumulativos, a crítica, a proposta, a formação de consensos, a produção de referenciais teóricos, de subsídios didáticos, de agentes emancipatórios, enfim, na lenta e consequente superação dos marcos tradicionais pelos novos elementos orgânicos da dinâmica social e política revolucionária (BONFIM, 2009, p. 175).

Complementando as ideias anteriores, é importante que sejam oferecidas, dentro dessa formação, disciplinas que contemplem o entendimento da sexualidade como uma construção. Sendo Bonfim (2009) defende

[...] essa urgente inserção na matriz curricular da Licenciatura, de uma ou mais disciplinas ou conteúdos curriculares referenciais que tratem da construção histórica da sexualidade humana desde a Biologia às Ciências Humanas, para que os educadores possam ampliar sua visão e compreensão da historicidade e da construção cultural da sexualidade (Bonfim, 2009, p. 170).

Nesse sentido, Bonfim (2009) chama atenção de que

Uma Educação Sexual emancipatória exige de todos os educadores uma compreensão da Sexualidade Humana como construção cultural, política e social, para que possamos entender criticamente as limitações, preconceitos e tabus que limitam e reprimem as potencialidades e possibilidades no tocante à sexualidade humana, bem como, nos questionarmos sobre a banalização e a mercantilização do sexo na sociedade tecnológica e capitalista (BONFIM, 2009, p. 81).

Conforme menciona Bonfim (2009), a inserção de disciplinas no curso não é suficiente para resolver essa questão da formação docente de educadores sexuais, pois

sabemos que junto a isso se inclui diversos aspectos históricos, religiosos, sociais, culturais, mas evidentemente é uma iniciativa válida para a compreensão da sexualidade além da visão reprodutiva.

O currículo é o ponto de partida para questionamentos da adoção de uma abordagem reducionista da sexualidade e gênero que impõe padrões construídos pela sociedade e suas culturas, e impossibilita o alcance do conhecimento e emancipação dos sujeitos. Souza (2018, p. 49) salienta que

[...] os currículos produzem sujeitos a partir de discursos. Logo, a problematização da Educação Sexual inserida em um currículo de formação docente em Biologia possibilitaria descrever os modos como (re) produzidos discursos sobre sexualidade, gênero e como essa Educação Sexual vem sendo incorporada a um campo do saber que costuma estar impregnado pelas categorias que ‘lideram’ os binômios: sexo/gênero; natureza/cultura; homem/mulher, entre outros, que, embora legitimados como naturais e hegemônicos, foram (e são) construídos histórica e socioculturalmente por redes de poder.

E completa:

Ao considerar a Educação Sexual como um campo discursivo que (re)produz relações de poder-saber e distintas práticas pedagógicas, tal campo possibilitaria a problematização dos modos como o currículo de licenciatura em Biologia da UFS se constitui enquanto mecanismo de (des)construção de normas e essencialismos em torno das sexualidades. Assim como representaria um campo útil para repensar a produção de masculinidades e feminilidades, a partir do questionamento de relações hierárquicas entre os gêneros (SOUZA, 2018, p. 49).

A formação docente deve voltar seus investimentos para as reflexões das diferenças. “Uma Educação que pretende apenas tolerar, respeitar e compreender as diferenças, talvez não consiga promover mudanças sociais significativas, pois seriam necessários maiores investimentos que operem na explicitação das relações de poder entremeadas no contexto pedagógico e sociocultural” (FURLANI, 2011 *apud* SOUZA, 2018, p. 49).

Nesse sentido, Souza complementa que,

A Educação Sexual representaria, no currículo de licenciatura em Biologia, um meio de inclusão dessa multiplicidade de identidades/diferenças e de discussão das temáticas sexualidade e gênero (entre outras), que despertam o interesse de diversos indivíduos e grupos sociais, como os/as próprios/as (futuros/as) docentes (SOUZA, 2018, p. 50).

Dessa forma, um currículo de licenciatura em Biologia representaria um “[...] território de possibilidades, espaço de palavras diversas; lugar de potências e campo de experiências” (PARÁISO, 2010, p. 12).

Barcelos e Jacobucci (2011, p. 336) chamam atenção para a importância de

[...] introduzir na formação inicial de professores temas relacionados à educação sexual, para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens.

Nesse sentido, é válido lembrar que

Uma parcela significativa dos cursos de licenciaturas ainda apresenta uma formação desumanizadora destes profissionais, visto que a sexualidade permanece num currículo oculto da omissão, onde os/as professores/as são expropriados do entendimento desta dimensão e alienadamente educados para uma concepção de sexualidade reducionista e superficial (YARED; LOCKS, 2011, p. 155).

Yared e Locks (2011) apontam que para que o trabalho de educação sexual emancipatória se concretize é preciso que as universidades, junto ao Estado, assumam a tarefa de favorecer a formação, tanto inicial como continuada, dos/as professores/as para atuação na escola pública. Reeducá-los sexualmente é um investimento necessário.

Em concordância com essa ideia, Bonfim (2009) afirma

[...] a necessidade de inclusão de uma disciplina de Educação Sexual nos cursos de Licenciatura, bem como do investimento governamental em cursos formação continuada que possibilite aos docentes reverem seus conceitos e ampliem seus conhecimentos sobre sexualidade. Faz-se necessária uma reivindicação coletiva, tanto junto às universidades quanto às instâncias responsáveis pela coordenação do ensino em suas diversas esferas, para que sejam estabelecidas políticas para que tal se concretize (BONFIM, 2009, p. 172).

Bonfim (2009) sugere, além da inserção de disciplinas multidisciplinares obrigatórias na grade curricular dos cursos de Licenciatura, que se faz necessário a realização de cursos de formação, eventos e congressos que abordem a sexualidade em seus amplos aspectos, e ressalva que esses investimentos não serão capazes de eliminar de forma geral essa visão que aprendemos sobre a sexualidade, mas que pode contribuir para diminuição de vivências sexuais repressivas e preconceituosas que nos atingem.

#### 2.4.2 Abordagens da Educação Sexual.

A formação do professor deve conduzir reflexões que o façam entender questões como a concepção de educação que norteará o trabalho; o tipo de educação a que está se comprometendo; o público a que vai servir o trabalho de educação sexual; o papel do educador sexual; e principalmente quais os motivos (por que) e a finalidade (para que) de concretizar os programas de orientação sexual (FIGUEIRÓ, 2006).

Figueiró (2006) afirma que as diversas concepções filosóficas, metodológicas e pedagógicas resultam na existência de quatro abordagens (religiosa, médica, pedagógica, política ou emancipatória) para a Educação Sexual. Refletir sobre essas abordagens é indispensável na formação de professores, pois possibilita a apropriação de uma postura consciente em suas práticas, detendo conhecimentos que vão além de meros conteúdos informativos sobre sexualidade para o trabalho de orientação sexual. A autora aponta que a aquisição de técnicas de ensino é uma preocupação dos educadores. No entanto, essa reflexão deve preceder essa etapa, e estar presente durante todo o processo de formação.

A Abordagem religiosa possui duas versões. A versão tradicional visa a formação cristã associando o sexo ao amor, casamento e a procriação. Nesta, as religiões, católicas ou protestantes, sejam por meio de suas regras oficiais ou as escrituras bíblicas, respectivamente, exercem controle sobre as formas em que as pessoas vivem sua sexualidade, o que é perceptível quando observamos a moral atribuída ao casamento. No entanto, encontram-se variações quanto as atitudes nessa abordagem, uma admitindo-se o controle pelo que foi estabelecido, totalmente “conservadora”; e a “questionadora” buscando um equilíbrio entre normas e entendimentos literais do livro sagrado e os aspectos sociais, culturais, históricos que regem uma sociedade em determinado momento. A versão libertadora também se preocupa com a formação cristã e a conservação do amor, respeito e justiça, mas com o diferencial de promover uma revisão crítica das normas religiosas controladoras e repressivas, dando espaço para que o indivíduo tenha autonomia para construir e viver sua sexualidade. Sendo assim, é vista como um instrumento de transformação social, característica da abordagem emancipatória.

A Abordagem médica volta-se à ação terapêutica para tratamento de descontroles e ansiedades relacionadas à sexualidade. Saúde-doença, tidas como inseparáveis, é a preocupação da educação sexual que adota essa abordagem a fim de assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade, por isso suas ações estão direcionadas ao fornecimento de informações referentes a programas de prevenção de saúde.

Na abordagem pedagógica o objetivo é preparar o indivíduo para vivência prazerosa e responsável da sexualidade, assim como na abordagem anterior, focando o processo de ensino-aprendizagem em conteúdos básicos sobre sexualidade, mas também podendo incluir nesse trabalho os seus aspectos formativos.

A Abordagem política ou emancipatória, além de reconhecer como importante a vivência positiva e saudável da sexualidade, apresentadas em abordagens anteriores, é caracterizada por entender a orientação sexual como indispensável na transformação social, principalmente na transformação dos padrões de relacionamento sexual, adotando o método de discussões sobre questões de relações de poder, igualdade de gênero, respeito às diferenças, o erotismo, entre outros.

Por meio do olhar de Figueiró (2006), o PCN apresenta predominância da abordagem pedagógica, uma vez que a orientação sexual procura contribuir no desenvolvimento e vivência prazerosa e responsável da sexualidade dos alunos. Figueiró (2006) chama atenção de que apenas três dos objetivos (em destaque) estabelecidos nos PCNs contemplam a transformação social, característica da abordagem emancipatória. Podemos perceber melhor observando-os:

*Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos; reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro; reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids; conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade ((BRASIL, 1998, p. 311 e 312, grifo nosso)*

Além dos objetivos destacados acima, nos PCNs há ligeiramente um norteamto do trabalho de orientação sexual baseado na abordagem emancipatória ao reconhecer que as relações sociais, contribuintes para os presentes problemas sociais, requerem ações destinadas

as suas transformações. Notadamente não se menciona como questões sociais a homofobia e suas consequências, nem a prostituição de jovens e adultos do mesmo sexo, além de não mencionar em nenhuma outra parte do documento detalhes maiores sobre relações e questões sociais, revelando um tratamento superficial da orientação sexual vinculada à abordagem política.

As questões referentes à sexualidade não se restringem ao âmbito individual. Pelo contrário, para compreender comportamentos e valores pessoais é necessário contextualizá-los social e culturalmente. É nas relações sociais que se definem, por exemplo, os padrões de relação de gênero, o que homens e mulheres podem e devem fazer por serem homens e mulheres, e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução. O alto índice de gravidez indesejada na adolescência, abuso sexual e prostituição infantil, o crescimento da epidemia da Aids, a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, são algumas das questões sociais que demandam posicionamento em favor de transformações que garantam a todos a dignidade e a qualidade de vida, que desejamos e que estão previstas pela Constituição brasileira (BRASIL, 1998, p. 307).

Na BNCC, o tema “sexualidade” deve ser abordado nos anos finais do ensino fundamental, buscando desenvolver habilidades que sugerem enfoque maior na dimensão biológica da sexualidade, já que o trabalho é explicitamente atribuído a disciplina de Ciências.

Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso; Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDs), e discutir estratégias e métodos de prevenção; Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2018, p. 349).

Nesse documento, a partir de seus objetivos, é identificado um pouco da abordagem pedagógica, já que visam o fornecimento de conteúdos básicos sobre sexualidade e sua vivência de forma responsável, e a abordagem médica, pois há um foco em promover a saúde sexual do indivíduo. Discussões sobre respeito à diversidade e aos direitos individuais dos indivíduos são também inviabilizados.

Entende-se que, mesmo com os avanços voltados ao trabalho de orientação sexual na escola, traduzidos em projetos e documentos de educação, os documentos acima comentados

carregam resquícios conservadores que implicam limitações na formação de educandos autônomos, críticos e participantes de ações transformadoras.

#### 2.4.3 Importância da Inclusão dos temas sexualidade e gênero no currículo da Licenciatura em Ciências Biológicas.

O que se pode perceber na prática é que não há implementação desse trabalho na maioria das escolas, e que por déficits de sua formação muitos professores não possuem conhecimentos se quer do que é Educação sexual e qual a sua relevância na formação dos educandos. Ao encontro dessa realidade, Junqueira (2009, p. 34) enfatiza: “Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual”. A forma de encarar situações de preconceito e violências no ambiente escolar, a neutralidade e resistência em tratar de temas sobre sexualidade, o medo de contrariar as opiniões dos pais, são alguns exemplos que sugerem a presença de obstáculos nesse trabalho.

Normalmente atribui-se prioritariamente aos professores de biologia a missão de trabalhar sexualidade em suas aulas, contrariando a ideia de transversalidade. Isso ocorre geralmente pela falta de preparo dos educadores em geral, o desinteresse da gestão, e pela visão velada de que o interesse dos alunos sobre sexualidade surge quando está se tratando dos aspectos biológicos da sexualidade na aula de biologia, quando na verdade a sexualidade se manifesta diariamente, a todo o momento, em todos os ambientes escolares, nas aulas das diversas disciplinas e de diferentes formas.

É fato que a formação docente é fundamental e indispensável para a realização do trabalho de orientação sexual nas escolas. No entanto, com foco nos cursos de licenciatura da UFPB, poucas disciplinas presentes em suas grades curriculares contemplam as discussões sobre questões da sexualidade, especialmente no curso de Biologia.

O curso de Licenciatura em Biologia conta com um pequeno espaço para discussão da sexualidade humana em apenas um componente curricular de caráter obrigatório, que, por falta de tempo, discute superficialmente em apenas uma aula sobre “Corpo, Gênero, Sexualidade - IST-AIDS versus Escola”. Discussões sobre aspectos históricos, psicossociais e culturais da sexualidade são contempladas de forma mais aprofundada na disciplina

“Educação Sexual” que possui caráter optativo, ou seja, depende da disponibilidade e interesse do aluno.

Assim, como no ensino básico, a graduação é um espaço para diálogo que permite a exposição e o confronto de ideias, uma reestruturação dos conceitos acerca da sexualidade e gênero e conseqüentemente o rompimento de preconceitos e tabus, de forma a contribuir na formação pessoal e profissional. Com isso, espera-se que esse espaço, por meio do conhecimento necessário, contribua para que os educadores tomem consciência do objetivo e relevância do trabalho de orientação sexual.

A Orientação sexual, de acordo com os PCNs, deve ser implementada de forma transversal, o que significa que todos os docentes precisam estar preparados. Nesse sentido, é lamentável que mesmo com esse reconhecimento e com tantos problemas sociais recorrentes relacionados à sexualidade como pedofilia, abusos e outras violências, discriminação, gravidez precoce, disseminação de ISTs e outros, ainda não se tenha pensado seriamente em uma formação docente que contemple a resolução pelo menos em parte deles, até pelo fato de terem sido incluídos como tema transversal no ensino básico pelo critério de urgência social.

Como esperar que professores (as) desempenhem papel de orientadores sexuais sem que tenham recebido uma formação apropriada, com um mínimo de direcionamento para discussão de questões de gênero e sexualidade? Isso envolve o tratamento da sexualidade como dimensão humana, onde se inclui diversos aspectos, e não simplesmente os seus aspectos biológicos. Esse reducionismo em tratar a sexualidade pela abordagem meramente biológica na graduação corromperia a essência desse trabalho de desconstruir aquilo que é imposto como norma pela sociedade, bem como impossibilitaria a resolução de problemas ligados a sexualidade, pois acabamos reproduzindo aquilo que aprendemos.

Incluir os temas sexualidade e gênero no currículo implica em uma reeducação sexual dos docentes, impedindo que em sua atuação visões equivocadas sobre gênero e sexualidade sejam disseminadas, e que também seja vedada a produção e perpetuação de preconceitos e discriminações, garantindo conseqüentemente que a orientação sexual favoreça a emancipação dos educandos no ensino básico.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Verificar conteúdos relativos à Educação Sexual nos trabalhos de conclusão de curso em Ciências Biológicas da UFPB.

### 3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar se há no repositório da UFPB TACCs da graduação em Ciências Biológicas que tratem do tema sexualidade e gênero;
2. Refletir sobre a presença ou ausência do tema sexualidade e gênero nos TACCs;
3. Discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial do professor de biologia;
4. Evidenciar a abordagem de Educação Sexual adotada nos TACCs.

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

### 4.1 Descrição da área de estudo

De acordo com as informações contidas no endereço eletrônico da instituição, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores, onde em seguida, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, englobando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Com isso foram instalados sete *campi* nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Essa configuração passou por mudanças e atualmente conta com o Campus I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia - CBIotec; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional -

CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis - CEAR e o Campus II, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias - CCA e o Campus III, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE. São oferecidos nesses centros cursos técnicos e tecnológicos, de graduação (presencial e a distância) e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O estudo foi realizado no Campus I da UFPB, especificamente no CCEN, curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

De acordo com o Relatório de Gestão 2019, o CCEN conta com 14 cursos de graduação com 2.468 alunos matriculados, 17 cursos de pós-graduação com 926 alunos matriculados, e possui 267 docentes e 145 técnicos administrativo.

Conforme o endereço eletrônico da coordenação do curso de Ciências Biológicas o curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal da Paraíba foi criado em 1977. No início o objetivo era de formar apenas Bacharéis, mas como maioria dos egressos atuavam no ensino, em 1986 foi criada a Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Ambas as modalidades são oferecidas pelo CCEN, além da modalidade EAD também ofertada pela UFPB.

Os portais utilizados na coleta de dados dessa pesquisa foram a página da Coordenação do Curso de Ciências Biológicas – CCCB, a qual disponibiliza informações referentes ao curso, como documentos (declarações, requerimentos, fluxograma do curso), documentos legais (resoluções, PPC) e monografias; e o site da Biblioteca setorial do CCEN, que permite acesso à diversos serviços, documentos (termos, modelos, formulários), e ao repositório de monografias produzidas nos cursos referentes a esse centro.

#### 4.2 Tipo de pesquisa

O estudo é teórico de natureza exploratória, com utilização de uma abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa documental. A pesquisa se deu a partir de uma fundamentação teórica que serviu de alicerce para analisar as ausências e as presenças do

tema sexualidade nos trabalhos de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas e na grade curricular do mesmo.

Minayo (2009, p.16) afirma que “Pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a Pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a Pesquisa vincula Pensamento e Ação”.

Nesse sentido, optamos por abordagem de cunho qualitativo pois “trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências” (TRIVIÑOS, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 24), por isso optou-se pelo uso dessa abordagem. De acordo com Richardson (2008), o método qualitativo se diferencia do quantitativo por não fazer uso de instrumentos estatísticos para analisar um problema. O mesmo autor esclarece que essa abordagem “Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas” (p. 79). Assim, compreendemos que o objeto de estudo que requer uma pesquisa qualitativa é diferente daquele quantificável, “A Pesquisa Qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2009, *apud* ABÍLIO; SATO, 2012, n.p). Dessa forma, percebemos um interesse em elementos e situações mais complexas dos fenômenos “o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (ABÍLIO; SATO, 2012, n.p.).

Conforme aponta Gil (1987, p. 44), a pesquisa exploratória objetiva “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. O mesmo autor enfatiza que é o tipo de pesquisa que se utiliza quando há pouca exploração do tema escolhido, o que dificulta a formulação de hipóteses sobre ele.

Além da pesquisa bibliográfica, que possibilitou o acesso ao referencial teórico desse trabalho, utilizou-se nesse estudo a Pesquisa Documental, que de acordo com Gil (1987) apresenta semelhança ao tipo anterior, diferenciando-se apenas na natureza das fontes, pois a primeira utiliza livros e artigos científicos que contribuem, por meio de diversos autores, para a abordagem de um determinado assunto, já a segunda faz uso de “[...] materiais que não

receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa” (GIL, 1987, p. 73).

### 4.3 Procedimentos Metodológicos

O acesso ao material deste estudo se deu pela sua busca no Repositório da Biblioteca Setorial do CCEN (Centro de Ciências Exatas e da Natureza) e na aba ‘Monografias’ do site da coordenação do Curso de Ciências Biológicas, através dos títulos e de palavras-chave como sexualidade, gênero, sexo, orientação sexual e educação sexual, em TACCs apresentados entre os anos 2009 e 2020. Os trabalhos foram organizados em uma tabela contendo o ano da publicação, o título, autor, objetivo, conteúdo e abordagem trabalhada. A partir disso foi realizada uma leitura mais detalhada buscando o levantamento dos objetivos e métodos de cada trabalho, para tentar compreender a abordagem utilizada por cada autor. A fim de complementar este estudo, foi feita uma pesquisa da grade curricular na aba ‘Legislação’ da página eletrônica da coordenação do curso, onde foi coletada a ementa das disciplinas contidas no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) de licenciatura, que também passou por análise a luz da fundamentação teórica estudada.

Na busca realizada no Repositório da Biblioteca Setorial foi encontrado apenas um trabalho, já o site da coordenação disponibilizou maior número de TACCs. Considerando esses dois repositórios, em um universo de aproximadamente 150 trabalhos, foram encontrados seis que incluem a temática sexualidade. São esses trabalhos que serão analisados a seguir mais detalhadamente. Em relação às disciplinas ofertadas pelo curso, foram encontradas e analisadas três disciplinas nos últimos PPCs, sendo elas Educação e Inclusão Social e Educação em Saúde nas Escolas como conteúdo curricular obrigatório, e Educação Sexual, de caráter optativo. Ambas serão também analisadas dando destaque aos conteúdos trazidos em suas ementas e as lacunas presentes em sua implementação no curso. A seguir discutiremos os dados encontrados a partir de nossos estudos teóricos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 A abordagem da sexualidade humana no curso de Ciências Biológicas da UFPB.

Atualmente, muito se fala sobre a ausência da disciplina de Educação Sexual na grade curricular dos cursos de licenciatura. Uma lacuna que evidencia o despreparo docente para o trabalho de educação sexual, e que lamentavelmente se faz presente em nossa universidade e no nosso curso.

A disciplina de Educação Sexual é ofertada no curso de Ciências Biológicas da UFPB como Conteúdo Complementar Optativo, com uma carga horária de 45 horas e apresenta a seguinte ementa: Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicosexual: infância, adolescência e idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. A evolução da educação sexual. Sexualidade e historicidade. A dimensão social da sexualidade (Projeto Político Pedagógico do Curso, 2015).

Com base no que foi colocado até aqui, a ementa explanada acima contempla a formação necessária para o professor que recebe o papel de educador sexual já que sugere a superação da abordagem reducionista da sexualidade, pautada em aspectos reprodutivos e na promoção de saúde. No entanto, o tempo disponibilizado para a discussão de temas tão relevantes é mínimo perto da carência que os discentes apresentam de uma educação sexual emancipatória. Para o melhoramento, acredito que seria interessante um estudo de leis e documentos de educação (LDB, PNE, BNCC, PCNs) de forma a refletir se direcionam o trabalho de educação sexual emancipatória e sem reducionismos.

Nesse sentido, incluí-la na grade curricular como conteúdo complementar obrigatório amenizaria esse problema que ameaça a formação completa do licenciando em biologia. Isso, além de garantir que todos os discentes tenham acesso a esse conhecimento, e em um tempo mais favorável, também possibilitaria a interação do conteúdo com outras disciplinas de forma a contemplar adequadamente o estudo da sexualidade. Porém, um fato que deve ser mencionado é que a partir do PPC 2018 a disciplina não aparece mais na grade curricular nem como conteúdo curricular optativo.

Como componente curricular obrigatório que aborda a sexualidade no curso temos a disciplina de Educação em Saúde nas Escolas, com Carga horária de 60 horas e que traz em sua ementa o tópico “Corpo, Gênero, Sexualidade - DST-AIDS versus Escola”. Evidentemente sugere uma sexualidade trabalhada em sua abordagem biológica, que como já foi mencionado no decorrer do trabalho não favorece conhecimentos necessários para

responder dúvidas, questionamentos e curiosidades e nem para resolver problemas que surgem na escola. É válido mencionar que a inclusão desse tópico nesse componente curricular se deu recentemente a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do ano de 2018, e que antes disso, raramente alguma outra disciplina trazia essas questões para serem discutidas no curso de biologia.

O componente curricular obrigatório Educação e Inclusão Social, com carga horária de 30 horas posto no PPC 2015 tem como ementa: Impactos dos processos de inclusão nas práticas escolares. O (a) professor (a) pesquisador (a), a noção de inclusão social e direitos humanos. A Educação Inclusiva e Políticas Públicas. Desigualdade Social e Diversidade. Percebemos que a partir do PPC 2018 já não temos a oferta na grade curricular desse componente que possibilitava a discussão do tema sexualidade e gênero no curso.

O fato de não termos a inclusão da disciplina de Educação sexual como obrigatória no curso, além da retirada de disciplinas que permitem o debate sobre gênero e sexualidade, é inquietador diante de sua relevância em favorecer ao docente conhecimentos para lidar com as diversas questões da sexualidade. Não adianta os documentos oficiais da educação e aqueles que orientam o trabalho docente exigirem e sugerirem a inclusão dos temas sobre sexualidade no contexto escolar se na prática parece uma missão impossível já que não há a oferta pelas universidades, e nem de políticas educacionais pelo Estado, de uma formação que garanta aos professores a oportunidade de se reeducarem sexualmente de forma crítica e emancipatória para que consigam desempenhar o papel de educador sexual, independentemente de sua área de atuação.

## 5.2 Trabalhos acadêmicos de conclusão de curso com ênfase na Educação Sexual.

Partindo da relevância de tratar de temas sobre sexualidade na formação inicial docente em biologia, a pesquisa revelou uma carência em tratar dessa temática no curso de Biologia, especialmente na elaboração de TACCs, assim como também nos revela lacunas em sua abordagem. Obviamente, para esses apontamentos, estão associadas várias causas, incluindo o fato não trabalhar sexualidade e gênero de forma efetiva no curso.

A partir da nossa busca na plataforma Repositório da biblioteca setorial do CCEN e na página da coordenação do curso, encontramos os seguintes Trabalhos de Conclusão de Curso, listados na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1-** Apresentação dos TACC's encontrados

ANO	Q.	TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	CONTEÚDO/ ABORDAGEM
2009 a 2012	0	—	—	—	—
2013	1	1.A Percepção de alunos e professores do Ensino Médio sobre os Temas Transversais Saúde e Orientação Sexual	Ronielson Jacinto de Lima	Investigar o conhecimento dos alunos e dos professores do ensino médio sobre saúde e orientação sexual, como temas transversais, e qual a importância desses temas na formação de cidadãos críticos.	Concepções sobre ISTs; ISTs e gravidez indesejada como problemas sociais. ABORDAGEM PEDAGÓGICA E MÉDICA.
2014	2	2. Percepção de professores e alunos da Educação Básica sobre o Tema Transversal Orientação Sexual em Escola Pública da cidade de Bayeux, Paraíba	Samuel Barbosa de Lima	Analisar a percepção dos professores de ciências e biologia e alunos através de questionários aplicados sobre a temática orientação sexual	Conhecimentos sobre sistema reprodutor; Problemas sociais acerca da sexualidade (DSTs); Gravidez na adolescência; Responsabilidade sexual e saúde. ABORDAGEM PEDAGÓGICA E MÉDICA
		3. Orientação Sexual - Uma necessidade, um Desafio	Vanide Alves dos Santos	Analisar a proposta de Orientação Sexual contida no PPP da Escola e sua adequação às demandas dos alunos.	Gravidez na adolescência; HIV e outras DSTs; formação do cidadão consciente, crítico e responsável pelos seus atos. ABORDAGEM PEDAGÓGICA E EMANCIPATÓRIA.
2015	0	—	—	—	—
2016	1	4. Percepções sobre Sexualidade e Saúde Reprodutiva entre adolescentes de Escolas Públicas do Município de João Pessoa - Pb.	Michelly Medeiros da Silva	Analisar o perfil a respeito da sexualidade e saúde reprodutiva de adolescentes; caracterizar o perfil de acordo com a etnia e religião adotada pelos/as discentes matriculados/as nas escolas participantes da pesquisa.	Saúde sexual e reprodutiva; DSTs; gravidez, métodos contraceptivos ABORDAGEM PEDAGÓGICA E MÉDICA
2017	1	5.Práticas Pedagógicas: educabilidade de Gênero em Escolas do Ensino Fundamental Público.	Pedro Ivo Silva Pereira	Analisar práticas pedagógicas aplicadas acerca da educabilidade de gênero, no âmbito do ensino fundamental.	Sugere o debate, a discussão e a reflexão sobre diversas questões acerca da sexualidade, assim, não tornando o/a educando(a) meros expectadores(as); crítica ao reducionismo; sugere discussão sobre

					homofobia, violência sexual, sexismo, preconceito e discriminação de gênero, opção sexual, além de gravidez indesejada, prevenção de ISTs e combate a preconceito e as desigualdades sociais. Sugere uma educação para transformação. <b>ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA</b>
2018	==	==	==	==	==
2019	==	==	==	==	==
2020	1	6.Percepção de adolescentes em Relação À Sexualidade e Saúde Reprodutiva de uma Escola Pública do Município de João Pessoa-Pb	Luciana Lima de Sousa	Analisar o perfil, a respeito da sexualidade e saúde reprodutiva, de adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental matriculados/as em uma escola pública da cidade de João Pessoa (PB).	ISTs e a gravidez na adolescência; métodos contraceptivos; promoção de saúde. <b>ABORDAGEM MÉDICA.</b>

Fonte: Produzida pela autora, 2021.

A seguir, analisaremos especificamente cada trabalho a luz da fundamentação teórica abordado por nós ao longo da pesquisa.

**TACC 1:** A Percepção de alunos e professores do Ensino Médio sobre os Temas Transversais Saúde e Orientação Sexual (Ronielson Jacinto de Lima - 2013).

O trabalho parte do reconhecimento de que “Os temas transversais não são novas áreas de estudo, mas devem ser incorporados as áreas já existentes, por isso não devem ficar restritos a uma única disciplina, devem ser trabalhados em todos os componentes curriculares, de acordo com a especificidade de cada um” (n.p.), tendo como objetivo geral “Investigar o conhecimento dos alunos e dos professores do ensino médio sobre saúde e orientação sexual, como temas transversais, e qual a importância desses temas na formação de cidadãos críticos” (p.26), e dentro disso procura “diagnosticar a percepção dos alunos e dos professores do ensino médio sobre os temas transversais saúde e orientação sexual, analisar os livros didáticos de Biologia em relação às temáticas pesquisadas, mostrando se os temas saúde e orientação sexual estão presentes no conteúdo programático do ensino médio, analisar as metodologias utilizadas pelos professores

do ensino médio na abordagem desses temas transversais, e refletir sobre a importância da introdução dos temas transversais saúde e orientação sexual no ensino médio” (p.26).

Na visão do autor, os resultados do trabalho “mostraram que os temas transversais saúde e orientação sexual, são abordados na escola de forma muito superficial e insuficiente para desenvolver nos alunos hábitos e atitudes que os tornem cidadãos críticos e atuantes” (n.p), pois reduzem a sexualidade unicamente à reprodução. Destaca a escola como meio de transformação social, a necessidade do trabalho contínuo dos temas transversais saúde e orientação sexual, a formação adequada de professores para atuarem como agentes transformadores da realidade social e o comprometimento da escola com a formação dos alunos.

É enfatizado que “[...] é na adolescência que ocorre a etapa de descobertas, principalmente do corpo, começa então a busca de prazer, descoberta das sensações proporcionadas pelo contato ou toque, atração por outras pessoas com intuito de obter prazer pela satisfação dos desejos do corpo” e destaca que “a falta de informação pode trazer graves consequências como gravidez indesejada ou até mesmo o contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)” (p.22). Mesmo como o reconhecimento de que “A sexualidade tem sido abordada, de uma forma insuficiente e superficial, muitas vezes reduzindo a uma concepção simples que a associa unicamente com a reprodução” (p.22), apresenta uma preocupação com o aumento das ISTs e gravidez indesejada entre adolescentes, e com base no PCN lembra “a escola pode atuar como promotora de ações preventivas” (p.24), fazendo uma associação entre saúde e orientação sexual.

O autor fala que “A inclusão dessa temática no currículo escolar se constitui numa oportunidade de discutir temas polêmicos como relações homoafetivas, sexo antes do casamento, adoção de crianças por casais gays e a partir da discussão e reflexão sobre esses assuntos tentar combater preconceitos” (p.23). Por isso aponta a importância de “abordar a sexualidade não somente do ponto de vista biológico, mas também, em relação aos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos” (p.25).

A coleta de dados por meio de questionário demonstra uma preocupação em saber a metodologia utilizada no trabalho de orientação sexual, a percepção dos alunos e professores do ensino médio com relação à prevenção de ISTs, as metodologias utilizadas, se há abordagem nas aulas, em quais disciplinas, se acham importante discutir sexualidade na aula, se já houve algum projeto na área.

Em relação às metodologias utilizadas pelos professores, destaca que “para despertar o interesse do aluno para a aprendizagem é necessário o uso de uma linguagem atraente, capaz de aproximá-lo o máximo possível da realidade, transformando os conteúdos em vivência; quando se usa apenas a exposição oral por mais atraente que seja o tema da aula, esse se torna enfadonho dificultando dessa forma a assimilação dos conhecimentos” (p.33). O autor também chama atenção para interdisciplinaridade ao analisar os conteúdos do Livro didático: “na maioria das vezes são contextualizados e atuais, apresentam conceitos claros, o nível é adequado à idade dos alunos, porém não apresentam associações com o cotidiano dos alunos como também não apresentam uma relação interdisciplinar” (p.46). Através olhar de Vasconcellos et al (2003) enfatiza: “Não é suficiente um livro ter linguagem clara e coerente se ele não houver uma relação com o cotidiano dos alunos” (p.46).

Ao reconhecer a relevância social que assumem os temas transversais na educação básica, o autor enfatiza o seu trabalho no ensino médio, na formação de adolescentes e jovens. “No ensino médio a atenção volta-se para a saúde de forma geral, mas especialmente para orientação sexual, visto que as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), e a gravidez na adolescência se tornaram problemas sociais, que só através de ações concretas, podem ser pelo menos amenizadas” (p.12). Por isso é de grande importância à introdução do tema orientação sexual nas escolas e de forma especial no ensino médio visto que a clientela deste nível de ensino são adolescentes e jovens que estão passando por mudanças psicológicas e fisiológicas e precisam ter um acompanhamento para reduzir a vulnerabilidade às DST e à gravidez não planejada, com ações nas escolas criando um espaço para a articulação das políticas voltadas para essa faixa etária.

Apesar de destacar formação de sujeitos críticos capazes de transformar realidades, o autor demonstra maior preocupação com a problemática social gravidez indesejada e prevenção de ISTs no público do ensino médio, adolescentes e jovens. Neste sentido destaca-se em seu trabalho uma abordagem pedagógica da educação sexual, já que reduz a sexualidade a gravidez e ISTs, o que considero conteúdos básicos, deixando de discutir tantos outros problemas sociais como abuso sexual, desigualdade de gênero, discriminação, etc., que estão cada vez mais presentes na vida escolar desse público e na sociedade como toda. Além disso apresenta resquícios de uma abordagem médica ao mencionar que “a escola pode atuar como promotora de ações preventivas”.

**TACC 2:** Percepção de professores e alunos da Educação Básica sobre o Tema Transversal Orientação Sexual em Escola Pública da cidade de Bayeux, Paraíba (Samuel Barbosa de Lima - 2014).

A pesquisa parte do pressuposto de que “os temas transversais em geral dificilmente são abordados em sala de aula por vários motivos, entre eles está o tema orientação sexual, que é considerado polêmico e bastante delicado de ser trabalhado por conta de preconceitos e tabus por parte da sociedade no geral” (n.p). Esse trabalho teve como objetivo geral “analisar a percepção e a opinião de alunos, professores e gestores em relação aos aspectos que envolvem esta temática, para traçar sugestões de possíveis projetos a serem desenvolvidos ali futuramente” (n.p), buscando “observar as aulas dos professores; identificar a existência de projetos sobre orientação sexual aplicado na escola e se os professores trabalham esta temática; analisar a percepção dos professores e alunos através de questionários aplicados sobre a temática orientação sexual; sugerir atividades para futuros projetos sobre o tema” (p.22).

Os resultados mostraram que “os entrevistados possuem restrição em relação ao tema orientação sexual, que há necessidade de contextualizar os conteúdos e de direcionamentos metodológicos eficazes, nas várias situações de ensino no cotidiano escolar, em que contribuem para o insucesso no processo ensino, aprendizagem e na vida pessoal de cada um” (n.p). Além disso, “os alunos estão saindo do ensino fundamental e entrando no médio sem a devida orientação de conhecimentos básicos sobre seu próprio corpo, pois conceitos errôneos em relação ao sistema reprodutor foram detectados entre alunos. Deixando claro que a abordagem do tema transversal orientação sexual na referida escola, não ocorre de forma contínua como os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem, e sim de forma esporádica através de palestra eventual” (n.p).

É enfatizado que no momento atual vem ocorrendo “o aumento do índice de pessoas infectadas com ISTs e aumento de casos de adolescentes grávidas em nosso país” (n.p). Esses são os destaques de problemas sociais do autor, o qual apresenta dados da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa referentes a partos de adolescentes e infectados por HIV, chamando atenção de que “é de suma importância que a escola passe a exercer seu papel fundamental de formar cidadãos para a vida, instruir, orientar, para que possa ser capaz, possuir um senso crítico reflexivo para enfrentar as adversidades da vida, sendo elas emocionais, financeiras, físicas e também sexuais, a escola é o lugar onde os alunos poderão

tirar suas dúvidas, pensar criticamente, se tornar um cidadão preparado para o meio que está inserido” (p.12).

E nesse sentido, chama atenção para a formação docente adequada para tratar desses temas. Ainda enfatiza que a orientação sexual “pode ser trabalhado em todas as disciplinas pelo simples fato de ser um tema transversal, porém isso não ocorre, sendo jogada a responsabilidade sobre os professores de Ciências no ensino fundamental, e os professores de Biologia no ensino médio, que guarda pra si toda a responsabilidade, de ministrar aulas sobre sexualidade” (p.12).

Como problema social também é citado pelo autor o abuso sexual: “A escola deve atuar de forma ativa para capacitar os alunos para o bom exercício da cidadania, não deve fechar os olhos para o problema alarmante de jovens que estão sendo abusadas sexualmente, engravidando cada dia mais cedo, ou ainda iniciando sua primeira relação sexual sem a devida prevenção” (p.17). Ainda nessa linha, enfatiza que “A escola pode-se dizer que é um meio de comunicação mais adequado para que haja um diálogo sobre o tema em destaque, junto com a parceria dos pais, e de órgãos públicos da saúde” (p.17), e que “a escola vem exercer um papel essencial para a difusão do conhecimento, para que haja uma revolução, com as ferramentas certas fazendo uso da democracia e do pensamento crítico reflexivo numa visão de transformação que é essencial no trabalho da orientação sexual” (p.18).

As perguntas do questionário direcionado aos alunos procuram saber se há conhecimento dos órgãos do sistema reprodutor masculino e feminino, se já iniciou a prática sexual, sobre ISTs, gravidez na adolescência e uso de preservativos. Apresentam também preocupação em saber como esse trabalho de orientação sexual vem sendo desenvolvido na escola (se está no plano de aula), metodologias utilizadas, importância dos temas transversais, projetos, continuidade ou aleatoriedade, perguntas frequentes dos alunos, preparo e formação docente inicial e continuada, dificuldades docentes, papel da família. Enfatiza que na escola esse trabalho “não deve ocorrer de forma esporádica através de palestras com profissionais da saúde convidados, deveria acontecer com mais frequência na escola englobando mais detalhes, abrindo espaço para o debate e retiradas de dúvidas que são frequentes” (p.30).

Como sugestão de atividades pontua: “Curso de Formação Continuada para os Professores; preparação da comunidade escolar, envolvendo os pais, funcionários e alunos; estabelecer cronogramas com as atividades e metodologias que serão trabalhadas com os alunos; divulgação com palestras, oficinas e debates envolvendo a participação de toda a comunidade escolar; atualizar os planos de aulas das disciplinas com enfoques sobre a

temática; buscar parcerias com a Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba no sentido de obter matérias e instrumentos para a divulgação e distribuição entre os alunos” (p.34). Aponta que isso “promoverá como passo inicial para criar uma cultura de atenção para temas de orientação sexual, relacionamentos, além de responsabilidade sexual e saúde” (p.36).

Embora compreenda a escola como favorecedora do conhecimento crítico e reflexivo para transformação, e sugira atividades que são essenciais e indispensáveis para a reformulação do trabalho de orientação sexual, seus investimentos estão voltados para o sistema reprodutor, as ISTs e gravidez na adolescência. O que, no meu ponto de vista, representa uma ideia contraditória, pois não se pode transformar essa realidade em que vivemos, tecida por desigualdades e violências, simplesmente com a redução da sexualidade a esses aspectos biológicos e reprodutivos. Deste modo, por visar o favorecimento de informações básicas sobre sexualidade e demonstrar preocupação em promover saúde aos indivíduos podemos observar traços das abordagens pedagógica e médica da educação sexual nesse trabalho.

**TACC 3:** Orientação Sexual - Uma necessidade, um Desafio (Vanide Alves dos Santos - 2014)

A autora evidencia que entre as razões que motivaram a realização desse trabalho estão “a preocupação dos educadores e sanitaristas com os altos índices de gravidez na adolescência, de abortos provocados, de infectados pelo HIV e outras DSTs, e o desenvolvimento de uma consciência crescente da legitimidade da sexualidade como fator de equilíbrio, de prazer, de saúde e de organização da identidade humana” (p.16). Nesse sentido, o seu objetivo foi “investigar a proposta de Orientação Sexual contida no Projeto Político Pedagógico - PPP desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Argentina Pereira Gomes, localizada em João Pessoa – PB” bem como “análise de sua adequação às demandas dos alunos, assim como investigar a motivação e a formação docente para atuação nesta área; identificar as ações gestoras na implementação de alternativas e projetos específicos para a abordagem da Sexualidade no contexto escolar; sugerir um projeto de Orientação Sexual que otimize o trabalho da escola nos níveis docente e discente” (p.28).

Com relação aos resultados, a autora revela que “mostraram que os gestores, os professores e a maioria dos alunos consideram importante a Orientação Sexual na escola, embora a abordagem neste tema ocorra eventualmente em algumas aulas e palestras,

limitando-se a uma abordagem biológica, deixando à parte as dimensões cultural, afetiva e social que nela estão incluídas, demonstrando assim, uma ação pedagógica limitada e incompleta. Os dados revelaram que a abordagem sobre sexo apresentada na Escola não esclarece as dúvidas da maioria dos alunos pesquisados” (n.p). Além disso, foi observado que “na Escola não existem projetos de Orientação Sexual em desenvolvimento e que a mesma não oferece cursos de qualificação aos docentes na área da Sexualidade” (n.p).

A autora destaca a influência dos meios de comunicação sobre os adolescentes e esclarece que “maioria não é bem orientada e está vulnerável a constrangimentos físicos ou morais, à violência sexual, à gravidez indesejada, aos riscos do aborto clandestino e as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, inclusive ao HIV e as hepatites B e D, que ainda apresentam índices de letalidade” (p.16). Assim como no trabalho anterior, apresenta dados da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa sobre partos em adolescentes e ISTs (HIV e sífilis) em crianças.

Reconhece a importância de abordar a sexualidade na escola já que é um espaço educativo responsável pela formação integral do indivíduo. “Como as crianças e os adolescentes passam a maior parte do seu tempo na escola, onde estabelecem interações afetivas que propiciam o desenvolvimento do trabalho com a Sexualidade, a instituição escolar se constitui um espaço seguro para os alunos expressarem suas curiosidades, necessidades e dúvidas sem a preocupação de terem suas interlocuções deturpadas ou desconsideradas” (p.19). Aponta que “mesmo nas escolas onde a Orientação Sexual supostamente ocorre, geralmente a proposta apresentada no Projeto Político Pedagógico - PPP, não é abordada adequadamente” (p.19). Ainda destaca que “maioria das escolas restringe-se apenas a ser ministrado pelas disciplinas de Ciências no ensino fundamental e Biologia no ensino médio, limitando-se à abordagem da dimensão biológica pelo professor que não aborda o assunto do ponto de vista do interesse do aluno, sob a alegação de constrangimento” (p.20), e que “é necessário que a gestão escolar, bem como os educadores, repensem na formação do cidadão consciente, crítico e responsável pelos seus atos” (p.20).

É enfatizado pela autora que a orientação sexual deve ser “adequada à faixa etária do educando e culturalmente relevante ao ensino sobre sexo, corpo, gênero, saúde sexual e relacionamentos, oferecendo oportunidades para explorar atitudes, valores e para desenvolver habilidades de tomada de decisão, comunicação e redução de riscos gerados com a prática sexual” (p.20), e que ainda há dificuldades entre pais e professores nesse trabalho de orientação sexual. Também é lembrado pela mesma o impasse entre sexualidade e religião,

sendo que esta passa orientações normativas sobre a conduta sexual, o que gera conflito ao indivíduo.

Sua pesquisa buscou saber se é atribuída alguma importância à orientação sexual, se é abordada na escola, as informações das quais os alunos gostariam de saber além do que a escola oferece, se o que é abordado contempla as dúvidas dos alunos, se há conversa entre pais e alunos e de quem estes já receberam algum tipo de orientação, se há uso de contraceptivos, sobre o PPP da escola, se a sexualidade é trabalhada nas aulas, opinião docente sobre orientação sexual, se há interesse dos alunos em falar sobre sexualidade, quais tópicos são relevantes dentro do tema sexualidade, materiais didáticos utilizados na abordagem da sexualidade, dificuldades para trabalhar a orientação sexual nas aulas, se há curso de capacitação na escola, concepção de orientação sexual, se consideram a abordagem da sexualidade adotada pela escola suficiente e esclarecedora, manifestações da sexualidade na escola.

A visão distorcida, preconceitos, curiosidades e os questionamentos que permeiam o tema é destaque nos resultados dessa pesquisa que utilizou, além de questionários, a observação do comportamento dos alunos, um diferencial que merece destaque em relação às pesquisas anteriores, pois gestos e atitudes podem revelar aquilo que foi explicitado nos questionários. A sexualidade é trabalhada sem continuidade, em palestras por pessoas de fora da escola, sendo o tema tratado com enfoque biológico, mostrando insuficiência nesse trabalho feito pela escola. A autora chama atenção tanto para capacitação dos professores quanto para a continuidade do trabalho de orientação sexual. Chama-se atenção para a lacuna que existe nos currículos dos cursos de magistério e licenciatura que repercute negativamente no desenvolvimento de uma ação mais sistematizada na área de Orientação Sexual, destacando que os professores se sentem despreparados, já que não existe formação específica suficiente, “além de ter que lidar com seus próprios tabus, refletindo dessa maneira, em sua prática pedagógica na sala de aula” (p.65).

Faz-se uma crítica a abordagem de orientação sexual trabalhada na escola onde se realizou a pesquisa, a qual se enquadra no enfoque biológico, “sob o aspecto fisiológico e genital deixando a parte às dimensões culturais, afetivas e sociais que dela fazem parte. Esta abordagem é reducionista e não é suficiente para suprir as dúvidas e questionamentos dos alunos, que em sua maioria estão vivenciando as transformações e novidades próprias da adolescência, e que quando pesquisados deixaram claro que gostariam de obter maiores informações sobre o assunto” (p.67). “A abordagem da Sexualidade de forma abrangente,

contemplando todas as dimensões que dela fazem parte para a formação de um indivíduo consciente e crítico, exige dos professores tempo e qualificação específica” (p.65). “O diálogo entre professor e aluno é primordial para o esclarecimento de dúvidas referentes à sexualidade” (p.49).

Para isto, destaca a autora que “é importante que se priorize a capacitação dos docentes para trabalhar efetivamente com a Orientação Sexual no ambiente escolar, de maneira a incluir disciplinas que tratem do tema na grade curricular dos cursos de magistério, licenciaturas e depois da graduação, através de cursos de especialização, que ofereçam conteúdos e espaços para reflexão em prol de uma maior conscientização e entendimento acerca da relevância e dos benefícios desse trabalho” (p.68).

Desde modo, mesmo se preocupando com a gravidez e as ISTs, a autora também apresenta críticas à abordagem meramente biológica da sexualidade, defendendo que esta seja trabalhada de forma mais abrangente. Assim destaco que esse trabalho apresenta traço da abordagem pedagógica da educação sexual uma vez que foca na discussão da sexualidade em conteúdos básicos, porém não se pode negar que há algumas características, como a sugestão de trabalhar a sexualidade nas dimensões culturais, afetivas e sociais e não apenas aspectos biológicos, a formação de sujeitos conscientes e críticos, e o diálogo entre os sujeitos envolvidos que sugerem uma abordagem emancipatória. A confirmamos da presença desta abordagem de forma mais sólida nesse trabalho seria possível pelo acesso ao projeto de Orientação Sexual sugerido pela autora do mesmo, o que não foi possível por falhas na comunicação.

**TACC 4:** Percepções sobre Sexualidade e Saúde Reprodutiva entre adolescentes de Escolas Públicas do Município de João Pessoa – PB (Michelly Medeiros da Silva - 2016).

Esse trabalho parte do pressuposto de que “A adolescência é um período onde ocorrem diversas transformações significativas no corpo, na mente e na forma de como se relacionar com o próximo. Ao iniciar a puberdade, a sexualidade se insere na vida do adolescente e o/a mesmo/a passa a enfrentar diversos desafios e mudanças características dessa fase na qual acarretam em comportamentos de risco tornando esse público vulnerável a gravidez não programada, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)” (n.p.). O objetivo geral deste trabalho foi “analisar o perfil a respeito da sexualidade e saúde reprodutiva de adolescentes matriculados/as em duas escolas públicas da

cidade de João Pessoa (PB)” (n.p) e dentro disso “caracterizar o perfil de acordo com a etnia e religião adotada pelos/as discentes matriculados/as nas escolas participantes da pesquisa; comparar as idades de iniciação sexual dos/as adolescentes; apresentar o conceito sobre sexualidade que os/as discentes expressaram” (p.17).

Com base nos resultados a autora “observa-se que os/as adolescentes passaram a ter uma iniciação sexual precoce quando comparado com décadas passadas, o que torna esse público vulnerável a gravidez indesejada, DST e AIDS devido a práticas sexuais de risco” (n.p.). Nesse sentido, a autora relata a dificuldade que pais e professores apresentam em tratar do tema sexualidade com filhos e filhas e alunos e alunas, lembrando que isso leva esse público a procurar informações em pessoas que não possuem preparo para isso, e conseqüentemente ficam vulneráveis a risco como gravidez indesejada e ISTs.

No presente trabalho, optou-se pela coleta do quesito “raça” /cor e religião para caracterizar o grupo estudado por ser um forte dado identificador de mecanismos de preconceito e discriminação. Os questionamentos direcionados aos alunos tiveram como pretensão “caracterizar o perfil do discente assim como a percepção sobre os temas relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva” (n.p.). Desta forma, a autora procurou saber sobre masturbação, primeira relação sexual, a utilização do preservativo na primeira vez, métodos contraceptivos, ISTs, significado de sexo e sexualidade, menstruação, se há conversa entre alunos (as) e sua família, saúde da mulher, virgindade, gravidez, homossexualidade, tamanho de órgãos genitais, iniciação precoce da prática sexual, conhecimento do corpo, tabus, conceitos errôneos, conteúdos de maior interesse dos alunos (as).

A autora reconhece: “A sexualidade é um aspecto do ser humano que compreende identidade sexual, gênero, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É demonstrada em forma de fantasia, desejo, atitude, pensamento, valores, práticas e relacionamentos” (p.13), e enfatiza de acordo com Brasil (2007) que “A saúde sexual e reprodutiva abrange um lugar significativo na construção de igualdade de gênero e na criação de autonomia dos/as adolescentes e jovens, causa fundamental na formação de indivíduos saudáveis e responsáveis” (p.15).

Com base na análise desses recortes pode-se perceber que pouco se fala da sexualidade em sua ampla dimensão já que o foco do trabalho é saúde reprodutiva, com destaque em saúde da mulher, relações sexuais, gravidez, ISTs. Na saúde reprodutiva é sugerida uma vivência segura, prazerosa e responsável, típico da abordagem pedagógica da

educação sexual, e por voltar-se para a saúde do indivíduo e para coletividade há um indicativo para a abordagem médica.

**TACC 5:** Práticas Pedagógicas: educabilidade de Gênero em Escolas do Ensino Fundamental Público (Pedro Ivo Silva Pereira - 2017).

Conforme menciona o autor, “este estudo teve como eixo condutor a temática sexualidade e respectiva atuação docente nesta área do conhecimento humano” (n.p.), tendo seu objetivo voltado para “análise das práticas pedagógicas aplicadas acerca da educabilidade de gênero, no âmbito do ensino fundamental” (p.24), procurando “diagnosticar as metodologias quanto à educabilidade de gênero; estudar possíveis dificuldades didáticas aplicadas acerca da educabilidade de gênero; identificar as percepções dos/das professores(as) quanto à inclusão da educação sexual no contexto de sua prática docente: ação-reflexão-ação” (p.24).

É apontado pelo autor que “os dados apresentam que, dinâmicas em grupo, debates e aulas expositivas são os procedimentos metodológicos mais aplicados. Por outro lado, a maior parte dos participantes desse estudo entende que o profissional mais indicado para abordar este tema é o professor de Ciências. Um grande percentual entende que a abordagem deve ocorrer de forma interdisciplinar e transversal” (n.p.).

Para alcançar o objetivo proposto os questionamentos buscam saber se há inclusão do tema sexualidade no PPP da escola, se a abordagem da sexualidade deve ser iniciativa da escola, de qual forma a temática deve ser inserida na escola, se há experiência e interesse pela temática, quanto a inclusão da temática nas aulas, os assuntos contemplados e as metodologias utilizadas, se tem formação continuada, dificuldades, profissional e disciplina com mais adequação para trabalhar a sexualidade na escola.

É lembrado pelo autor que mesmo com o surgimento dos temas transversais através PCN's, há tanto tempo, ainda hoje se percebe um discurso reducionista ou biologizante na abordagem sobre sexualidade na escola. “É preciso que o/a docente reconheça a educação sexual como processo educativo multidimensional onde todos(as) intervenham no ensino e aprendizagem sem impor qualquer barreira educativa” (p.44). Assim, “Faz-se necessário que o/a professor(a) se capacite através de formação continuada, reavaliando sua atuação pedagógica e reflexão pessoal afim de diminuir as dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem dentro da perspectiva de sexualidade humana” (p.44).

O autor destaca que “a educação no contexto da sexualidade tem por propósito, na esfera escolar, promover a formação integral do ser, à medida que se dialogue aspectos como: identidade sexual, opção sexual, diversidade de gênero, afeto, sexo, dentre outros” (p.10), e que “é possível dizer que a sexualidade envolve aspectos individuais e coletivos como seu exercício de forma efetiva e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, respectivamente. Contudo, é importante que a intervenção educativa evite discutir a sexualidade de forma superficial valorizando apenas aspectos meramente preventivo e informativo” (p.10).

O autor enfatiza: “Sabendo da urgência de se discutir as implicações geradas dentro do contexto da sexualidade humana na atualidade, tomando por exemplos, casos de homofobia, violência sexual, sexismo, preconceito e discriminação de gênero, opção sexual, gravidez indesejada, prevenção de DST e HIV/AIDS dentre outras demandas sociais, que em muitos lares a família se omite em debater a sexualidade com os/as adolescentes e jovens, faz-se necessário a adoção de Educação Sexual no âmbito formal escolar”.

Nesse sentido “é importante que o docente, na perspectiva de Educação Sexual Escolar, promova um espaço de diálogo, onde os/as estudantes possam questionar, manifestar e refletir sobre os diversos aspectos da sexualidade humana, visando sempre o resgate de valores como solidariedade, respeito e tolerância, a fim de se combater o preconceito e as desigualdades sociais” (p.11). Assim propõe-se que “a Educação Sexual, oferecida pela escola, aborde com os adolescentes e jovens as repercussões das mensagens transmitidas pelas mídias, cada vez mais acessadas de forma rápida e fácil, na maioria das vezes vindas de fontes não confiáveis e restritas, das concepções que envolvam preconceitos, discriminações, afeto, intolerância e as diferenças de gênero, raça, cor, sexo, credo, das prevenções de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS, das discursões sobre violência sexual, métodos contraceptivos, aborto e implicações da gravidez indesejada” (p.12). Na percepção do autor, o professor precisa estabelecer o diálogo com seus alunos e apresentar de forma clara e correta as informações que esclarecem suas dúvidas. “É importante que o(a) educador(a) desenvolva flexibilização em suas metodologias uma vez que cada educando(da) traz consigo formas e vivências próprias de aprender. Produza o debate, a discussão e a reflexão assim, não tornando o/a educando(a) meros expectadores(as)” (p.44).

O autor afirma que “É também papel da escola discutir criticamente todo e qualquer conhecimento que nela se insere, bem como ideias e conceitos que são trazidos a partir das experiências vividas pelos educandos” (p.18). Também é destacado que “Por se tratar de um

tema transversal e, portanto, não estar relacionado a nenhuma matéria específica, mas sim a todas, a sexualidade humana também deve ser tratada de forma interdisciplinar”. “Essa interação entre diversas disciplinas facilitará a compreensão dos conteúdos de uma forma integrada, aprimorando o conhecimento dos alunos” (p.20).

A forma como o autor conduz a pesquisa, e sugere o debate, a discussão e a reflexão sobre diversas questões acerca da sexualidade, indo além do reducionismo em tratar a sexualidade em seu aspecto biológico/ reprodutivo, tornando o aluno ativo nesse processo, indica uma educação para transformação. Sendo assim, a abordagem que destaco nesse trabalho é a abordagem emancipatória.

**TACC 6:** Percepção de adolescentes em Relação À Sexualidade e Saúde Reprodutiva de uma Escola Pública do Município de João Pessoa-Pb (Luciana Lima de Sousa - 2020).

O estudo parte do entendimento de que “Discutir temas relacionados à sexualidade continua sendo um dos tabus sociais” (n.p.). Sendo “na adolescência que a sexualidade se mostra de forma mais intensa, na qual muitos jovens não orientados ou orientados inadequadamente se contaminam por diversas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) ou engravidam precocemente” (n.p.). Nesse contexto o objetivo principal desse trabalho visa “analisar o perfil, a respeito da sexualidade e saúde reprodutiva, de adolescentes dos anos finais do Ensino Fundamental matriculados/as em uma escola pública da cidade de João Pessoa (PB)” (p.16), buscando “comparar as idades de iniciação sexual dos/as adolescentes; apresentar o conceito sobre sexualidade que os/as discentes expressaram; refletir sobre ISTs e a gravidez na adolescência, além de problematizar os motivos envolvidos na ausência/ presença de prevenção” (p.16).

Os resultados revelam para autora que “Os adolescentes mesmo conhecendo diversos métodos contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis, ainda não se previnem. É necessário que não apenas a escola reforce o uso dos métodos, já que a mesma é importante fonte de informações educativas em saúde” (n.p).

Os questionamentos voltam-se para o sexo na vivência dos alunos, se eles têm vergonha de falar sobre o assunto, se conversam com os pais e amigos, os métodos contraceptivos de mais eficiência, gravidez e ISTs, uso da camisinha, interesse na orientação sexual, se há preparo para ser pai ou mãe.

A autora destaca que “o conhecimento acerca do uso dos métodos contraceptivos pesquisados precisa ser inserido na grade curricular visando reforçar a saúde coletiva. Vale destacar a sala de aula e o papel do professor nesse processo de ensino-aprendizagem, a fim de criar estratégias que possam diminuir os preconceitos sobre as ISTs, tanto dos alunos quanto dos pais” (p.42). Contudo, menciona que “é importante que os gestores escolares colaborem com o trabalho do professor através da realização de ações voltadas para a educação sexual, a fim de que viabilizem esse aprendizado que são de suma importância, pois trabalham com temas polêmicos, carregados de preconceitos e tabus, juntamente com a participação da família e de outras instituições, como os serviços de saúde, garantindo a prevenção de agravos e a promovendo a saúde dessa população” (p.42).

A autora destaca em seu trabalho a promoção de saúde, enfatizando a importância das ações de prevenção às ISTs: “é necessária a participação da escola como instrumento facilitador de ações educativas de prevenção” (p.15). Considera que a gravidez na adolescência é um problema decorrente da sexualidade, apontando-a como causa do abandono escolar. Ao mencionar a falta de uso de métodos contraceptivos, que pode resultar em gravidez indesejável ou contaminação por ISTs, diz que “se faz necessário o investimento em programas de pesquisas que possam ajudar na prevenção da gravidez precoce e educação sexual” (p.24). Assim, como procura promoção de saúde individual e coletiva, há um indicativo para uma abordagem médica da educação sexual.

### 5.3 Visão geral dos TACCs

Com base na tabela e nos recortes acima, o primeiro ponto que podemos verificar é a pouca quantidade de TACCs encontrados no curso com a temática gênero e sexualidade. Podemos também destacar a ausência de trabalhos entre os anos 2009 e 2012, ficando evidente que a periodicidade em que se encontra esses trabalhos não é constante.

O pouco número de trabalhos com a temática gênero e sexualidade observada pode ser reflexo da não abordagem desse conteúdo no curso. O fato de não ter a disciplina de Educação Sexual de forma obrigatória na grade curricular impede que esse conhecimento, que considero imprescindível na formação docente, chegue aos discentes, impossibilitando a tomada de consciência da importância de discutir a sexualidade e suas questões com crianças e adolescentes.

Não há um documento normativo que estabeleça a abordagem do gênero e sexualidade nas licenciaturas, e mesmo com tantos debates entre os cursos, reconhecendo a relevância da educação sexual na formação inicial docente, poucos são os investimentos para adotá-la como conteúdo obrigatório nos cursos.

A falta de trabalhos sobre tais temas entre os anos 2009 e 2012 pode ser explicada pela ausência de disciplinas, mesmo que optativas, na grade curricular do curso. Outro fator observado é a inconstância na periodicidade das publicações, sugerindo que nem sempre os alunos recorrem a disciplina de educação sexual já que não é conteúdo obrigatório. Em ambas as situações os discentes ficam impossibilitados do acesso ao conhecimento e ao debate durante o curso, tendo como consequência a falta de interesse em realizar pesquisas na área de educação sexual.

Outro ponto que merece destaque é a forma de como alguns desses trabalhos apresentam a discussão sobre sexualidade e gênero. O termo gênero é pouco mencionado e raramente discutido entre os trabalhos. Maioria foca em gravidez indesejada e ISTs como problemas sociais, e suas ações estão voltadas para a saúde sexual e reprodutiva, associando orientação sexual à saúde. Assim, quando analisamos a forma de desenvolvimento de cada trabalho e o que cada um sugere em termos de Educação Sexual, como o simples fornecimento de informações ou as sugestões de discussão sobre as diversas questões da sexualidade e diálogo para esclarecimento de dúvidas, as abordagens médica e pedagógica da educação sexual aparecem com maior frequência, sendo a abordagem emancipatória, a qual considero mais apropriada em qualquer fase tanto na escola como na família, pouco trabalhada.

Em relação ao conteúdo, os trabalhos priorizam a fase de adolescência, o que evidencia mais uma lacuna, já que a sexualidade está presente em todas as fases do desenvolvimento humano. Como o foco é da adolescência, a sexualidade é tratada prioritariamente em seus aspectos reprodutivos, deixando de lado a discussão e diálogo sobre diversidade e respeito, discriminação, violências, abuso sexual, desigualdades de gênero, etc. A sexualidade como construção social é negligenciada. Nesse sentido, Furlani (2013) enfatiza:

A negação da existência de manifestações da sexualidade na infância tem sido usada para acentuar o disciplinamento sexual sobre crianças na infância e pré-adolescentes e tem tomado os cursos de formação de professoras (es) cada vez mais distantes desses conteúdos, o que torna cada vez mais urgente a necessidade de substituir essa visão restrita do enfoque reprodutivo (FURLANI, 2013, p. 74).

A sexualidade, quando trabalhada na visão reducionista e superficial, focando em aspectos reprodutivos e na promoção de saúde, realmente fica difícil disvincular do professor de Ciências e Biologia o papel de educador sexual. É válido lembrar que os alunos, crianças e adolescentes, apresentam interesse em discutir a temática e curiosidade que envolvem seus diversos aspectos, porém não são ouvidos já que os professores não possuem preparo para promover o debate e a educação sexual.

Todos os trabalhos reconhecem a importância da família e da escola na educação sexual dos educandos, e apontam que para o trabalho seja realizado na escola há necessidade de uma formação adequada para os professores, sendo a formação continuada citada como importante por quase todos. Vale mencionar que a formação inicial não aparece em nenhum dos trabalhos, ou seja, não há questionamentos sobre a falta de conhecimentos de sexualidade e gênero no curso de Biologia.

Bonfim (2009) faz o seguinte apontamento com relação as produções acerca do reducionismo presente no tratamento da sexualidade na área de Biologia:

Se fizermos um levantamento das pesquisas produzidas na área das Ciências Biológicas, é possível verificarmos que há poucas pesquisas e articulações teóricas com outras áreas, ou seja, as pesquisas no campo de sexo e sexualidade se caracterizam em sua grande maioria reducionistas dentro da Biologia, o que mostra a falta de consciência de muitos professores sobre a importância da sexualidade de maneira integral e também a insensibilidade de alguns docentes sobre a questão da sexualidade na maioria das vezes reduzindo a fala sobre sexualidade na escola às informações sobre DST's e métodos anticoncepcionais (BONFIM, 2009, p. 171)

Entre os conhecimentos considerados relevantes na discussão sobre gênero e sexualidade estão os conceitos dos termos utilizados, a historicidade da educação sexual, contextualização com a problemática social de desigualdade de gênero, violências, discriminações, sexismo, etc., entendimento das manifestações da sexualidade, as formas de trabalhar a educação sexual na escola, entendimento da sexualidade como construção social. Além disso, é essencial um tratamento crítico e reflexivo sobre os documentos oficiais de educação que determinam e sugerem ações para o desenvolvimento da educação, como BNCC, PNE, LDB e PCNs, a fim de identificar lacunas, como a ausência e supressão dos termos gênero e sexualidade, e através disso poder questionar e ser capaz de modificar os modelos que seguimos de educação sexual.

Apesar de fazer as apontamentos anteriores, reconhecemos que os trabalhos analisados são importantes, pois contribuem com experiências em campo e muito conhecimento teórico acerca da temática em questão, apontamento de metodologias ideais para o trabalho de educação sexual, como o diálogo, sugestões para desenvolvimentos de projetos e principalmente por reconhecerem a importância da educação sexual na formação dos educandos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo do reconhecimento da responsabilidade dos profissionais de educação com a Educação Sexual e da importância do estudo da sexualidade e gênero em seus diversos aspectos no curso de Biologia por meio da disciplina de Educação Sexual, tivemos como objetivo para essa pesquisa verificar conteúdos relativos à Educação Sexual nos trabalhos de conclusão de curso em Ciências Biológicas da UFPB, buscando identificar se há no repositório da UFPB TACCs da graduação em Ciências Biológicas que tratem do tema sexualidade e gênero, refletir sobre a presença ou ausência do tema sexualidade e gênero nos TACCs, discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial docente em biologia, e evidenciar a abordagem de Educação Sexual adotada nos TACCs.

A pesquisa nos revela lacunas ligadas a abordagem da Educação Sexual no curso de Biologia. Constatamos que a ausência da disciplina de Educação Sexual como conteúdo curricular obrigatório no curso evidencia o despreparo docente para o trabalho de educação sexual, pois, sendo ofertada como conteúdo optativo não garante que todos os alunos terão acesso a esse conhecimento, já que nem todos têm interesse no conteúdo, o que afeta a formação completa do licenciando em biologia, tirando a oportunidade de iniciação de uma reeducação sexual crítica e emancipatória.

Ficou evidente que essa ausência da disciplina de Educação Sexual de caráter obrigatório na grade curricular do curso, que impossibilita acesso ao conhecimento, está influenciando negativamente na procura e interesse dos discentes em trabalhar o tema gênero e sexualidade em suas pesquisas, já que impossibilita também a tomada de consciência da importância de discutir a sexualidade e suas questões com crianças e adolescentes. Podemos também perceber a ausência de um documento normativo que estabeleça a abordagem do

gênero e sexualidade nas licenciaturas, e ainda é válido retornamos a informação de que a disciplina de Educação Sexual, ofertada como optativa, está ausente no PPC mais atual, o que acarreta prejuízos na formação docente.

Destacamos que o termo gênero aparece raramente entre os trabalhos, e que em sua maioria o foco é na fase de adolescência, abordando gravidez indesejada e ISTs como problemas sociais, tendo suas ações estão voltadas para a saúde sexual e reprodutiva, associando orientação sexual à saúde. Evidenciamos também as abordagens médica e pedagógica da educação sexual em quase todos os trabalhos, sugerindo que, mesmo com críticas às abordagens reducionistas da educação sexual, ainda há superficialidade nas pesquisas realizadas.

Chamo atenção para necessidade de investimentos na formação inicial docente, no que diz respeito à abordagem da sexualidade humana no curso de Biologia, fazendo-se necessário, além dos conteúdos, que vão de conceitos a discussões temas relativos a problemas sociais, o favorecimento de ferramentas para reflexão dos documentos oficiais de educação que determinam e sugerem ações para o desenvolvimento da educação, como BNCC, PNE, LDB e PCNs, a fim de transformar os modelos normativos existentes.

Concluimos que essa pesquisa pode ser relevante para futuros estudos que busquem questionar a formação de educadores sexuais, especialmente quando tratar de formação de professores de biologia.

## 7. REFERÊNCIAS

ABÍLIO, F.J.P.; SATO, M. (Orgs.) **Educação Ambiental: do currículo da Educação Básica às vivências educativas no contexto do semiárido paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 492p., 2012.

ANTAS, R.C; ARANTES, A.S. Supressão do conceito de gênero em documentos de educação no Brasil: debates e contexto. **Revista Cocar**, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém-Pará- Brasil, v.13, n. 26, p. 393-407, Maio/Agosto, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2517>. Acesso em: 09/03/2021.

BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol 10, Nº 2, p.334-345, 2011.

BRASIL. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8606-saudenaescola-decreto6286-pdf-1&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8606-saudenaescola-decreto6286-pdf-1&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09/03/2021.

BRASIL. **Lei Nº 4.024** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projeto: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a Educação Sexual**. Campinas- SP: Papyrus, 2012.

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades. Tese (Doutorado). Campinas, SP: [267 p.], 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina, PR: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **O que é educação sexual?**, Educação sexual para ser feliz. 24 de out. de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=l\\_YzXUrL6Ls](https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls). Acesso em: 10 de março de 2021

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **As diferenças entre sexo e sexualidade**, Educação sexual para ser feliz. 31 de out. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11eUAGKciuo&t=2s>. Acesso em: 09 de março de 2021

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A Educação Sexual é papel da escola ou da família?**, Educação sexual para ser feliz. 14 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WkmYVr5UGus>. Acesso em: 09 de março de 2021

FIGUEIRÓ, M. N. D. O professor como educador sexual: interligando formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte&Ciência, 2004. p.115-131.

FREIRE, P. **Educação e mudança**, 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et al.]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 219-238.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira L. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 67-81.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1987.

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. A QUESTÃO DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ATUAL BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

(BNCC) E O MOVIMENTO LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, janeiro/junho, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIMA, Edenilse Batista. **SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR: UM DIÁLOGO A PARTIR DA LEGISLAÇÃO**. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão- SE/Brasil, 2012.

LIMA, Ronielson Jacinto de. **A percepção de alunos e professores do ensino médio sobre os temas transversais saúde e orientação sexual**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. 63 p.: Il.

LIMA, Samuel Barbosa de. **Percepção de professores e alunos da educação básica sobre o tema transversal orientação sexual em uma escola pública da cidade de bayeux, paraíba**. Monografia (Graduação)- Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2014. 48p

LOURO, Guacira Lopes. **O CORPO EDUCADO: PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

LOURO, Guacira L. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana V. (orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes. 2013.

LOURO, Guacira. L. Currículo, gênero e sexualidade: O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira L. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 43-53

LOYOLA, M. A. Apresentação. In: LOYOLA, M. A. (Org.) **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

MANUAL de defesa contra a censura as escolas. 2018. Manual contra a censura. Disponível em: <https://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2021.

MINAYO, M.C.S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7ª ed. Papirus, 2003. 141p. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=PGocizBPj0EC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=Muitas+vezes+o+argumento+do+%22natural%22+%C3%A9+a+forma+mais+cabal+do+preconceito+o+u+do+conservadorismo&source=bl&ots=HpDyalpIR5&sig=ACfU3U1q00f8wust8QrTCdUSGpnMclPPKw&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjBocXSkKbvAhVZDrkGHTbJDC8Q6AEwAXoECAIQAw#v=onepage&q=Muitas%20vezes%20o%20argumento%20do%20%22natural%22%20%C3%A9%20a%20forma%20mais%20cabal%20do%20preconceito%20ou%20do%20conservadorismo&f=false>. Acesso em: 10 de março de 2021.

OLIVEIRA, M. F. de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades.** Curitiba: Editora CRV, 2010.

PEREIRA, Pedro Ivo Silva. **Práticas pedagógicas: educabilidade de gênero em escolas do ensino fundamental público.** Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). João Pessoa, 2017. 37 p.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A Intistucionalização dos Saberes acerca da Sexualidade Humana e da Educação Sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009, p. 129 – 140.

RICHARDSON, R.J. PERES, J.A.S (colaborador). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Vanide Alves dos. **Orientação sexual: uma necessidade, um desafio - Estudo realizado na Escola Estadual Professora Argentina Pereira Gomes.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. 106 p.: il.

SANTOS, W.B; CARDOSO, R; ALMEIDA, J.S.M; MOREIRA, F.A. **EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PARTE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA E AUXILIO A ADOLESCENTES: DIFICULDADES E DESAFIOS. Experiências em Ensino de Ciências,** Uberlândia, MG, v.6, n.2, p. 7-18, 2011

SOUZA, Elaine de Jesus. **Educação sexual “além do biológico”:** problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. 209 p.

SOUSA, Luciana Lima. **Percepção de adolescentes em relação à sexualidade e saúde reprodutiva de uma escola pública do município de João Pessoa-PB.** Monografia (Graduação)- Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2019. 46 f.: il.

SILVA, Michelly Medeiros. **Percepções sobre sexualidade e saúde reprodutiva entre adolescentes de escolas públicas do município de João Pessoa-pb.** Monografia (Graduação)- Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2016. 69p.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed, 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156p.

YARED, Yalin Brizola; LOCKS, Geraldo Augusto. **EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.22, n.2, p. 146- 157, 2011.